

Silvia Elias Bortolo

Um Estudo sobre a Definitude
do Tópico Novo



1910001125



SILVIA ELIAS BORTOLO

**UM ESTUDO SOBRE A DEFINITUDE DO
TÓPICO NOVO**



SILVIA ELIAS BORTOLO

**UM ESTUDO SOBRE A DEFINITUDE DO
TÓPICO NOVO**

Dissertação apresentada ao Instituto de Biociências
Letras e Ciências Exatas, da Universidade Estadual
Paulista Júlio de Mesquita Filho, Câmpus de São
José do Rio Preto, para a obtenção do título de
Mestre em Estudos Lingüísticos (Área de
Concentração: Análise Lingüística).

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Erotilde Goreti Pezatti



T1.125/02

São José do Rio Preto
2002



141
B739e

80101003

Bortolo, Silvia Elias.

Um estudo sobre a definitude do Tópico Novo / Silvia Elias Bortolo.
- São José do Rio Preto : [s.n.], 2002
108f. ; 30 cm.

Orientadora: Erolde Goreti Pezatti

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista. Instituto de
Biociências, Letras e Ciências Exatas

1. Linguística. 2. Análise linguística (Linguística). 3. Gramática
funcional. 4. Tópico Novo. 5. Definitude. I. Pezatti, Erolde Goreti. II.
Universidade Estadual Paulista. Instituto de Biociências, Letras e
Ciências Exatas. III. Título.

CDU - 81'1



COMISSÃO JULGADORA

Titulares

Profª. Drª. Erotilde Goreti Pezatti - Orientadora
UNESP – São José do Rio Preto

Prof. Dr. Mário Eduardo Toscano Martellota
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Lourenço Chacon Jurado Filho
UNESP- Marília

Suplentes

Profª. Drª. Cláudia Roncaratti
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Roberto Gomes Camacho
UNESP- São José do Rio Preto



DADOS CURRICULARES

SILVIA ELIAS BORTOLO

NASCIMENTO 27.2.1953 – Barretos - SP
FILIAÇÃO Abel Elias
Wanda de Lourdes Seragini Elias

FORMAÇÃO ACADÊMICA

1971/1974 Curso de Graduação em Letras
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de
Bebedouro

1983/1985 Curso Graduação em Pedagogia
Faculdade de Educação Antônio Augusto Reis
Neves de Barretos

2000/2002 Curso de Pós-Graduação em Letras, nível de
Mestrado em Estudos Lingüísticos
Universidade Estadual Paulista Júlio de
Mesquita Filho – Câmpus de São José do Rio
Preto

REFERÊNCIAS PROFISSIONAIS

1975 – atual Professora efetiva de Língua Portuguesa na
Rede Oficial de Ensino

1986 – atual Coordenadora Pedagógica e Professora de
Língua Portuguesa do Ensino Médio do Colégio
Soares de Oliveira de Barretos

2000 – atual Professora de Português Jurídico do curso de
Direito da Fundação Educacional de Barretos



À Profª. Drª. Erolilde Goreti Pezatti, pelo
privilegio da orientação competente, que
muito contribuiu para que este momento
deixasse de ser um sonho e se tornasse
realidade, dedico esta dissertação.

AGRADECIMENTOS

ao Arnaldo, presença constante e fonte de carinho, companheirismo e confiança;

a Heloisa, Juliana, Humberto, Carlos Otávio e Caio, razão de meu empenho;

aos meus pais e demais familiares, que souberam compreender e respeitar minha ausência, apoiando sempre o meu crescimento acadêmico;

aos amigos, fonte de incentivo e colaboração constantes, por meio de ações e palavras de estímulo;

ao corpo docente, em especial, os profs. drs. Marize Dall'Aglío-Hattnher e Roberto Gomes Camacho, e funcionários do programa de pós-graduação deste instituto, pela competência e empenho demonstrados no decorrer desta jornada;

aos companheiros e amigos da pós-graduação, em especial, Ana Maria, com quem compartilhei a jornada e dividi inquietações, descobertas e esperanças;

aos diretores, funcionários e colegas da E.E. "Dr Antônio Olympio", do Colégio Soares de Oliveira e da Fundação Educacional de Barretos, pela compreensão, apoio e incentivo vitais para a consecução de meus objetivos;

à profª. drª. Erotilde Goreti Pezatti, pela dedicação, incentivo e abertura de novos caminhos na pesquisa e no conhecimento;

enfim, a Deus, sem o qual nada seria possível.



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
------------	----

CAPÍTULO I - PRÉ-SUPORTOS TRONCOS	17
-----------------------------------	----

1.1 - A FUNÇÃO DE FUNÇÃO	17
--------------------------	----

1.2 - FUNÇÃO DE FUNÇÃO	18
------------------------	----

2 - FUNÇÕES PRAGMÁTICAS	29
-------------------------	----

2.1 - FUNÇÃO PRAGMÁTICA	29
-------------------------	----

2.2 - FUNÇÃO PRAGMÁTICA	31
-------------------------	----

CAPÍTULO II - A DEBATE	32
------------------------	----

CAPÍTULO III - PRÉ-SUPORTOS TRONCOS	32
-------------------------------------	----

CAPÍTULO IV - DEBATE	32
----------------------	----

CAPÍTULO V - PRÉ-SUPORTOS TRONCOS	32
-----------------------------------	----

CAPÍTULO VI - DEBATE	32
----------------------	----

CAPÍTULO VII - PRÉ-SUPORTOS TRONCOS	32
-------------------------------------	----

Há um ditado chinês que diz que, “se dois homens vêm andando por uma estrada, cada um carregando um pão, e, ao se encontrarem, eles trocam os pães, cada homem vai embora com um; porém, se dois homens vêm andando por uma estrada, cada um carregando uma idéia, e, ao se encontrarem, eles trocam as idéias, cada homem vai embora com duas”.

Quem sabe é esse mesmo o sentido do nosso fazer: repartir idéias, para todos terem pão...(Cortella, 1998:159).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
 CAPÍTULO I - PRESSUPOSTOS TEÓRICOS.....	17
1 A ABORDAGEM FUNCIONALISTA.....	17
1.1 O Funcionalismo de Simon Dik	19
2 FUNÇÕES PRAGMÁTICAS	23
2.1 Foco	28
2.2 Tópico	31
 CAPÍTULO II – A DEFINITUDE	45
 CAPÍTULO III - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	62
 CAPÍTULO IV – DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO TÓPICO NOVO EM NARRATIVAS DO PORTUGUÊS FALADO.....	67
.....	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS	107

RESUMO

BORTOLO, SILVIA ELIAS. *Um estudo sobre a definitude do Tópico Novo*. 2002. f. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos – Área de concentração: Análise Lingüística). UNESP. São José do Rio Preto.

Segundo Dik (1989), as funções pragmáticas especificam a categoria informacional dos constituintes envolvidos na predicação. Em virtude da importância das funções pragmáticas para o estudo funcionalista da linguagem, busca-se nesta pesquisa, investigar o Tópico Novo no português falado. O universo de investigação é constituído de narrativas orais sobre perigos de vida, fornecidas por informantes de 20-40 e 41-60 anos, de nível primário e superior de escolaridade. Este estudo procura mostrar que o Tópico Novo, apesar de introduzir uma entidade pela primeira vez no discurso, pode ocorrer como um termo definido, contrariando o que é comumente afirmado na literatura corrente. A definitude do Tópico Novo tem razões pragmáticas, uma vez que, ao utilizar um termo definido, o falante auxilia o ouvinte a identificar o referente que acredita estar disponível para ele no momento da enunciação, com base em alguma informação de longo ou de curto prazo do contexto situacional.

Palavras-chave: tópico, definitude, função pragmática.



ABSTRACT

BORTOLO, SILVIA ELIAS. *Um estudo sobre a definitude do Tópico Novo*. 2002. f. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos – Área de concentração: Análise Lingüística). UNESP. São José do Rio Preto.

According to Dik (1989), pragmatic functions specify the informational category of constituents involved in predication. As pragmatic functions are so important for the functionalist study of language, this research aims at investigating the New Topic in spoken Portuguese. The investigation universe is comprised of oral narratives on life dangers, provided by informers at the age of 20-40 and 41-60, on primary and higher education level. This study aims at presenting that the New Topic, although it introduces an entity for the first time in speech, may come as a definite term, against what is commonly stated in current literature. The New Topic definitiveness has pragmatic reasons, for, upon using a definite term, the speaker helps the listener to identify the referent he/she believes is available for him/her at the moment of enunciation, based on some long-term or short-term information of situational context.

Key words: topic, definitiveness, pragmatic function.



LISTA DE FIGURAS /TABELAS

Capítulo I

Figura 1: Modelo de interação verbal	21
Figura 2: Foco e Escopo	29
Figura 3: Foco e Finalidades comunicativas	31
Figura 4: Sobreposição	35

Capítulo IV

Figura 1: Definitude do TN	71
Tabela 1: Tipos de informação do TN definido	75
Tabela 2: Marcas da definitude	80
Tabela 3: Estratégias de introdução do TN definido	88
Tabela 4: Função sintática do TN definido	93
Tabela 5: Posição do TN definido	98
Tabela 6: Escolaridade	100

INTRODUÇÃO

1. Justificativa e relevância do tema

Levando-se em consideração que a linguagem é utilizada para propósitos essencialmente comunicativos, só é possível compreender as expressões lingüísticas se essas forem consideradas operando na interação verbal. Sendo assim, muitas de suas propriedades são codeterminadas pela informação contextual e situacional disponível aos interlocutores, o que significa que a estrutura gramatical pode manifestar diferenças relevantes, correspondentes a diferentes atribuições de funções pragmáticas aos constituintes.

Para os lingüistas de orientação funcionalista, o falante organiza suas expressões lingüísticas considerando a informação pragmática que supõe ser a do ouvinte no momento da enunciação. Entende-se por informação pragmática todo o conhecimento, crenças e suposições disponíveis aos interlocutores no momento da interação (DIK, 1989).

O falante, em geral, tem como objetivo levar o ouvinte a efetuar uma mudança na informação pragmática do ouvinte e, para isso, inicia o enunciado a partir de alguma porção de informação que supõe que o ouvinte já possua, continuando, a seguir, a acrescentar outras informações que julga serem novas ou relevantes para ele.

Este trabalho se propõe a estudar a função pragmática Tópico, especialmente o Tópico Novo (doravante TN), definido por Dik como a função pragmática desempenhada pelo constituinte introduzido pela primeira vez no discurso.



As funções pragmáticas são funções que especificam o estatuto informacional dos constituintes envolvidos na predicação. Assim, o Tópico é, segundo Dik (1989), uma função pragmática atribuída a um constituinte intracional sobre o qual se predica algo. Quando introduzido pela primeira vez no discurso, o Tópico é denominado Tópico Novo, já que introduz uma informação considerada nova para o ouvinte e, por ser uma informação nova, o TN deve ser introduzido como um termo indefinido. Observa-se, porém, que o TN pode ocorrer como um termo definido, contrariando o previsto para a introdução de uma entidade nova.

Construções como as ilustradas abaixo demonstram a introdução de Tópico Novo definido no discurso. Em (1), o TN definido ocorre posposto ao verbo apresentacional *veio*, o que confirma a literatura sobre ocorrências de TN no discurso.

- (1) atrais da motu...aí eu caí eu levei um susto tão grandi qui eu até dismaiei na hora...aí veio u meu patrão qui deu sorte pra mim...(2 A1-d(1))

Nota-se, no entanto, que, em (2) e (3), o TN ocorre na posição pré-verbal, e não na pós-verbal como prediz a teoria dikiana.

- (2)...quandu chegô numa fazenda u fazenderu qui pricisava vim pra cá também mais eli tava cum pé machucadu i num podia i na carroceria...aí::eli veio na gabina pá podê cabê (eli) tevi qui i nu colu dela...(1 A1-n(4))

- (3) elis tratava eu bem...a mulher dele a Dona::lraci::ela tratava a genti bem: (12 B1-d(2))

Dessa maneira, o que torna relevante o presente estudo é investigar os constituintes TNs que ocorrem como formas definidas e determinar mais detalhadamente as suas propriedades, contribuindo dessa forma para o aperfeiçoamento do modelo aqui adotado, a Gramática Funcional proposta por Dik.

2. Proposta de trabalho

Dada a importância das funções pragmáticas para um estudo funcionalista, o presente trabalho, como já observado, propõe o estudo sobre uma dessas funções: o Tópico. Um discurso pode ter diferentes Tópicos-Discursivos, alguns mais centrais do que outros, por isso são hierarquicamente organizados. O Tópico-Discursivo, quando apresentado pela primeira vez, como já dito, é denominado Tópico-Novo (TN).

Dik (1989), ao abordar a função pragmática TN, afirma que se trata de um constituinte que aparece em posição final da oração; por se tratar de uma informação nova, que o falante pretende disponibilizar para o ouvinte, o TN, normalmente, manifesta-se por meio de operadores de termo que assinalam a indefinidade desse constituinte.

Pretende-se investigar, no entanto, o TN e as razões que motivam o falante a construir um TN definido. Este trabalho é decorrente de outro por nós já desenvolvido, intitulado *O Tópico Novo no português escrito*, como monografia de final de curso da disciplina Tópicos de Gramática Funcional. Nesse estudo, o *corpus* do português escrito foi constituído a partir de textos dos jornais *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*. Os dados mostraram a necessidade de aprofundar e refinar o conceito da referida função pragmática, uma vez que se

constatou a grande ocorrência de TN definidos (69,47%), principalmente em títulos de reportagens. A partir daí, propôs-se investigar se o mesmo ocorria em língua falada. Sendo assim, nossa atenção agora se volta para a língua oral, tomando como *corpus* narrativas pessoais sobre perigo de vida.

3. Hipóteses de trabalho

A hipótese central deste trabalho é a de que TNs, ainda que introduzam uma informação nova ao ouvinte e, por isso, devam ocorrer como um termo potencialmente indefinido, por razões pragmáticas, podem aparecer como um termo definido.

A partir da hipótese central, uma secundária pode ser elaborada, a de que TNs definidos, com função sintática de sujeito, ocorrem, preferencialmente, em posição pré-verbal, enquanto os indefinidos, na mesma função, ocorrem em posição pós-verbal.

4. Organização geral do trabalho

Com a intenção de proporcionar uma visão clara e detalhada do fenômeno aqui investigado, este trabalho organiza-se em quatro capítulos. No primeiro, abordam-se os pressupostos teóricos subdivididos em “A abordagem funcionalista”, “O funcionalismo de Simon Dik” e “Funções Pragmáticas”. Este capítulo parte da apresentação de uma visão funcional da língua, chegando à definição das funções pragmáticas, especialmente da função Tópico.



No segundo capítulo, apresentam-se os enfoques teóricos sobre a definitude que servirão de embasamento para o estudo do TN definido.

No terceiro, apresentam-se os procedimentos metodológicos, tratando-se da descrição dos métodos adotados para o levantamento de dados, a escolha de fatores e a análise, fundamentados na teoria apresentada nos capítulos acima descritos.

No quarto capítulo, faz-se a descrição e análise das construções de TN em narrativas do português falado, expondo-se os resultados de acordo com as hipóteses expostas acima.

Ao final deste trabalho, há um balanço das hipóteses formuladas em relação à descrição dos resultados, apresentado nas *Considerações Finais*.



CAPÍTULO I

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

1. A ABORDAGEM FUNCIONALISTA

Uma visão funcionalista da linguagem deve levar em conta o modo como as pessoas conseguem comunicar-se pela língua, isto é, a sua competência comunicativa. Ao se comunicar, o homem expõe toda sua experiência, o que sente, o que percebe, o que compreende em todos os momentos da vida.

O termo *funcionalismo* é empregado em lingüística para determinar uma corrente teórica que se preocupa em estudar a gramática das línguas naturais, juntamente com a situação comunicativa. Em outras palavras, o funcionalismo visa a integrar o estudo da forma das expressões lingüísticas ao uso dessas expressões nas situações de interação verbal.

Os mais representativos desenvolvimentos da visão funcionalista da linguagem estão relacionados às concepções da Escola Lingüística de Praga. Segundo essa visão, a língua é um “sistema de sistemas”, pois a cada função corresponde um subsistema, que diz respeito à mesma unidade, a frase. Essa escola dedicou atenção especial à “perspectiva funcional da frase”, isto é, à organização das palavras nas frases, vistas na função de organização da informação. Frase aqui é considerada como uma unidade suscetível de análise nos níveis fonológico, morfológico, sintático e também comunicativo. Pode ser dividida em duas partes: uma que apresenta um elemento comunicativamente estático, o tema, e outra um elemento comunicativamente dinâmico, o rema ou comentário.



Caracterizar o *funcionalismo* é uma tarefa difícil, uma vez que os rótulos que se conferem aos estudos “funcionalistas” mais representativos geralmente se ligam aos nomes dos pesquisadores que os desenvolveram, não a características definidoras da corrente teórica em que eles se colocam. Apesar da peculiaridade de cada modelo funcionalista, há uma sobreposição parcial entre eles, o que torna possível reunir características comuns, que permitem traçar ‘uma visão funcionalista da linguagem’ (Neves, 1997).

As correntes funcionalistas mais modernas mantêm as idéias básicas apresentadas pelos estudiosos da Escola de Praga e apontam, como Dik (1978, 1989), a língua concebida, em primeiro lugar, como um instrumento de interação social por meio do qual as pessoas podem-se comunicar e provocar alguma modificação na informação pragmática do ouvinte. Para isso, o falante precisa ter uma intenção comunicativa, uma espécie de plano mental do que ele quer modificar na informação pragmática de seu interlocutor. Por informação pragmática, como já dito, entende-se o conjunto de conhecimentos, crenças e suposições disponíveis aos interlocutores no momento da interação (DIK, 1981). Nesse processo é muito importante que o falante antecipe a interpretação que julga que o ouvinte atribuirá à expressão lingüística dele (falante).

O paradigma funcional apresenta uma exigência básica: expressões lingüísticas devem ser descritas e explicadas em termos do arcabouço geral fornecido pelo sistema pragmático da interação verbal.

Muitos fenômenos lingüísticos, como, por exemplo, a ordem de palavras, podem ser relacionados a considerações funcionais, isto é, à avaliação que o falante faz do que supõe ser o conhecimento e as expectativas do ouvinte. Não se pode dizer que na gramática funcional não haja formalização gramatical. Nela, porém, não se considera que uma descrição da estrutura da sentença seja suficiente para determinar o som e o significado da expressão lingüística, entendendo-se que a descrição completa precisa incluir referência ao falante, ao ouvinte e a seus papéis e estatuto dentro da situação de interação determinada socioculturalmente.



1.1 O funcionalismo de Simon Dik

A teoria básica desta pesquisa é a proposta por Dik (1981, 1989, 1997), principalmente a que apresenta as noções relevantes da Gramática Funcional (doravante GF) referentes às funções pragmáticas, de modo especial ao Tópico Novo, que é o objeto deste estudo.

Ao apresentar uma visão funcionalista de linguagem, Dik (1989) confronta duas linhas opostas de pensamento lingüístico, a funcionalista e a formalista, por meio de questões envolvendo o conceito e a função de uma língua natural, o correlato psicológico, a importância reservada ao uso, a aquisição da linguagem, a explicação dos possíveis universais lingüísticos e a relação entre pragmática, semântica e sintaxe. Segundo Dik, do ponto de vista funcional, a língua é definida como um instrumento de interação social entre seres humanos, cuja função principal é estabelecer comunicação entre seus usuários. Sendo assim, o correlato psicológico de uma língua natural é a competência comunicativa do falante, entendida não só como sua capacidade de construir e interpretar expressões lingüísticas bem formadas, mas também como sua habilidade em usá-las de maneira apropriada e bem sucedida em contextos determinados. Por isso, as expressões lingüísticas só podem ser examinadas corretamente quando se leva em conta, além da estrutura, o seu funcionamento nos contextos de uso.

No que tange à aquisição de linguagem, a visão funcionalista considera que a língua é adquirida a partir da interação comunicativa entre a criança e seu meio ambiente. Os universais lingüísticos devem ser explicados em termos de restrições comunicativas, da constituição psicológica, biológica e contextual.

No enfoque funcionalista, a pragmática representa o componente mais abrangente, no interior do qual se devem considerar a semântica e a sintaxe: a semântica é dependente da pragmática e a sintaxe da semântica. Na visão formalista, especialmente a chomskyana, a linguagem é um objeto abstrato, configurado num

conjunto de sentenças, tendo a gramática o papel de caracterizá-lo em termos de regras formais da sintaxe, aplicadas independentemente dos mecanismos semânticos e pragmáticos. Nesse tipo de enfoque formalista, a prioridade é dada à sintaxe, em relação à semântica e à pragmática.

Observa-se, além desses aspectos, uma questão relacionada ao estudo da estrutura da linguagem e seu uso. Enquanto o enfoque formalista prioriza lógica e metodologicamente o estudo da competência (ou língua-I), em detrimento do estudo do desempenho (ou língua-E), o funcionalismo considera princípio fundamental subordinar o estudo do sistema lingüístico ao uso. Em decorrência desse posicionamento teórico, no enfoque formalista, as sentenças de uma língua devem ser descritas independentemente do contexto situacional em que são empregadas; já no enfoque funcionalista, as expressões verbais devem ser consideradas em contextos sociais específicos.

O modelo de interação verbal proposto por Dik (1989) é uma forma de atividade cooperativa e estruturada. É cooperativa no sentido de que necessita de participantes que, fazendo uso de expressões lingüísticas, buscam alcançar seus objetivos. É estruturada, no sentido de que é governada por regras, normas e convenções.

A GF trabalha com dois tipos de sistemas de regras:

- (i) o que rege especificamente as expressões lingüísticas e é constituído pelas regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas;
- (ii) o que rege os padrões de interação verbal em que as expressões lingüísticas são usadas, e é constituído pelas regras pragmáticas. Assim o sistema de regras (i) é instrumental em relação aos objetivos e propósitos do sistema (ii).

A teoria funcionalista, para Dik, distingue o *sistema* e o *uso* da língua, e evita estudar cada um deles fazendo abstração do outro.



A forma dos enunciados é entendida aqui independentemente de sua função já que uma descrição completa inclui referência ao falante, ao ouvinte e a seus papéis e estatuto na situação de interação determinada socioculturalmente. A relação entre a intenção do falante e a interpretação do ouvinte, na interação verbal, tem a expressão lingüística apenas como mediação.

Dik (1989) propõe um modelo de interação verbal, ou seja, interação social por meio da linguagem, em que a produção de expressões lingüísticas depende de três fatores:

- (i) da intenção do falante;
- (ii) da informação pragmática do falante;
- (iii) da antecipação que ele faz da interpretação do ouvinte.

Já a interpretação do ouvinte depende:

- (i) da própria expressão lingüística;
- (ii) da informação pragmática do ouvinte;
- (iii) da hipótese do ouvinte sobre a intenção comunicativa do falante.

Esse modelo de interação verbal proposto por Dik (1989) pode ser representado da seguinte maneira:

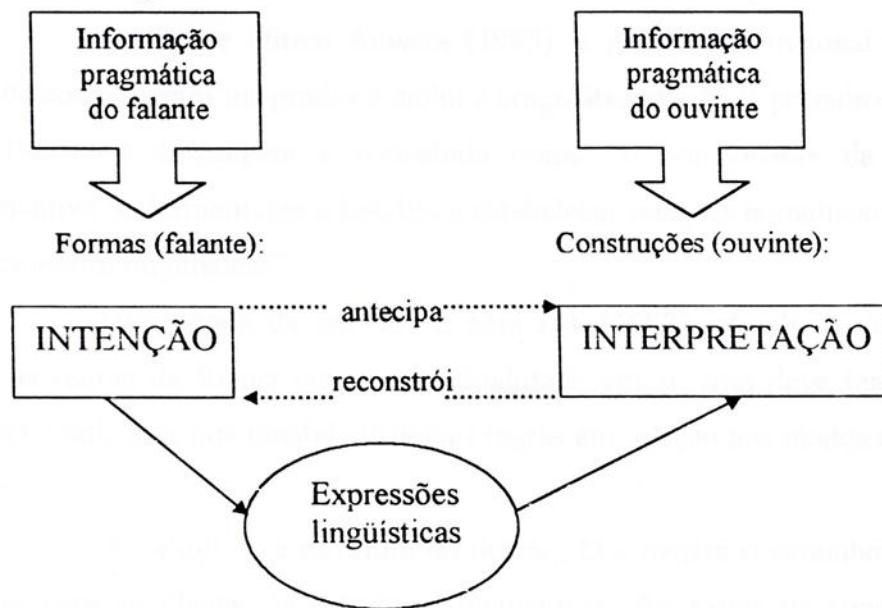


Figura 1: Modelo de Interação Verbal

(DIK, 1989, p. 8.)

Quando alguém adota um ponto de vista funcionalista, segundo Dik, a principal questão é entender como ‘opera’ o usuário da língua natural, ou como os falantes e os ouvintes são bem sucedidos ao se comunicarem por meio de expressões lingüísticas, fazendo-se entender mutuamente e efetuando mudanças na informação pragmática do outro.

Em lingüística, como em outras ciências, afirma Dik (1989), há um inter-relacionamento essencial entre análise de dados e formação de teoria, o que é apresentado sob a forma de uma estrutura piramidal em cujas bases estão os dados lingüísticos concretos das línguas particulares e em cujo topo estão os princípios que abrangem a organização de todas as línguas.

Segundo Siewierska (1991), o que distingue a gramática funcional é que ela pretende dar conta da estrutura da sentença, desde a representação semântica subjacente até a forma fonética de superfície.

Dik apresenta a estrutura subjacente de oração como uma rede estratificada complexa na qual um grande número de diferentes elementos pode operar em diferentes níveis, criando toda sorte de dependências. As regras de expressão, que medeiam entre essa rede subjacente e a forma enunciada das expressões lingüísticas, também formam uma estrutura complexa.

Conforme afirma Auwera (1989), a gramática funcional é, pois, uma teoria de componentes integrados e inclui a pragmática desde os primeiros trabalhos de Dik (1980). A linguagem é concebida como “o componente da competência comunicativa do homem que o habilita a estabelecer relações comunicativas por meio das expressões lingüísticas”.

Uma teoria da gramática, para Dik (1980), não deve contentar-se em expor as regras da língua como uma finalidade em si, mas deve tentar, o quanto possível, explicar a funcionalidade dessas regras em relação aos modos como elas são usadas.

Ao explicar a estrutura da oração, Dik mostra o caminho que deve ser trilhado para se chegar às estruturas lingüísticas. Ao expor os conceitos da GF,

preocupa-se em mostrar como se portam as funções pragmáticas dos constituintes: em 1981, apresenta as funções pragmáticas na teoria lingüística e na visão da Gramática Funcional; em 1989, trata das funções intra-oracionais e, em 1997, das extra-oracionais.

2. FUNÇÕES PRAGMÁTICAS

Dik (1981, 1989) explica que funções pragmáticas são funções que especificam o *status* informacional dos constituintes envolvidos dentro da amplitude comunicativa. A informação pragmática é constituída, em geral, por três componentes principais:

- i) informação geral: que é ligada ao mundo real ou imaginário, constituída de traços naturais e culturais;
- ii) informação situacional: que é derivada da percepção e da experiência do falante na situação de interação verbal;
- iii) informação contextual: que é derivada das expressões lingüísticas trocadas durante a interação verbal.

Nas informações pragmáticas de falante e de ouvinte há sempre uma porção em comum, que corresponde ao conhecimento compartilhado por eles mas há, também, em algum dado momento, na interação verbal, informação avaliável somente para o falante e informação avaliável somente para o ouvinte. Pode-se dizer que funções pragmáticas são as que especificam o estatuto informacional dos constituintes dentro dos contextos comunicativos em que ocorrem. Elas dependem de partes de informação pragmática do falante e do ouvinte. Isto implica que, se se quiser estabelecer as funções pragmáticas dos constituintes das expressões lingüísticas, tem que se levar em conta o modo como essas expressões são usadas na informação pragmática dada entre falante e ouvinte na interação verbal.

Para Dik (1981), estruturas do tipo “*John gave this old book to a girl in the library*” (João deu esse livro velho à garota na biblioteca) podem ser expressas de maneiras diferentes como se vê abaixo:

- (1) a. *John gave this old book to a girl in the library.*

João deu esse livro à garota na biblioteca.

- b. *John gave this old book to a girl in the library.*

João deu esse livro velho à garota na biblioteca.

- (2) a. *This old book John gave to a girl in the library.*

Esse livro velho João deu à garota na biblioteca.

- b. *In the library John gave this old book to a girl.*

Na biblioteca, João deu esse velho livro à garota.

- (3) a. *John gave it to a girl in the library, this old book.*

João o deu à garota na biblioteca, esse livro velho.

- b. *This old book, John gave it to a girl in the library.*

Esse livro velho, João o deu à garota na biblioteca.

As sentenças apresentadas em (1) são diferenciadas pela mudança da proeminência prosódica: em (a) a ênfase é dada a *John*, e em (b) deseja-se ressaltar *this old book*. Em (2), a diferença está na ordem dos constituintes e, em (3), vêm-se construções denominadas, na literatura, como deslocamentos à direita e deslocamentos à esquerda, respectivamente.

Dik explica as diferenças encontradas nos exemplos de (1) a (3) dizendo que, embora desempenhem as mesmas funções sintáticas e semânticas, em cada sentença os constituintes assumem funções pragmáticas diferentes, de acordo com a intenção do falante no momento da interação verbal. As funções pragmáticas são

aquelas que especificam o estatuto informacional dos constituintes envolvidos em um cenário comunicativo (Dik, 1981).

Funções pragmáticas são, conforme explica Dik (1981), atribuições que se fazem aos constituintes das expressões lingüísticas de modo similar à atribuição das funções sintáticas. Geralmente esses constituintes já terão uma função semântica e possivelmente uma função sintática.

A Lingüística Funcional (em especial Dik, 1989) distingue, inicialmente, as funções pragmáticas de acordo com seu escopo estrutural. Dessa forma, qualquer texto de uma língua natural pode ser dividido em constituintes extra-oracionais e orações. Os constituintes extra-oracionais, como o próprio nome diz, são externos à oração (os constituintes que codificam essas funções podem preceder, interromper ou seguir a oração) e estão ligados a ela por razões de ordem pragmática. Os constituintes intra-oracionais podem desempenhar funções pragmáticas especificadas pelos parâmetros de topicalidade, que caracteriza as coisas de que falamos, e de focalidade, que caracteriza as partes mais importantes ou salientes que dizemos das coisas tópicas.

Dik (1981) reconhece a existência de constituintes extra-oracionais ao apresentar duas funções denominadas *Theme* e *Tail*, que representam respectivamente construções de deslocamento à esquerda e deslocamento à direita, tratadas na literatura. Para Dik, essas funções pragmáticas podem ser definidas como:

i) *Theme* (Tema) apresenta o universo do discurso em relação ao qual a oração subsequente se refere;

ii) *Tail* (Antitema)¹ apresenta, como um pensamento ulterior à predicação (*afterthought*), uma informação que esclarece ou modifica a oração ou algum constituinte da mesma.

Em 1989, Dik considera que os constituintes extra-oracionais têm as mesmas propriedades gerais:

¹ * cf. sugestão apresentada em Pezatti (1992).



- podem preceder, interromper ou vir em seguida à oração propriamente dita;
- são tipicamente separados da predicação por uma pausa na inflexão da entonação;
- não são sensíveis às regras gramaticais da predicação, embora mantenham relações de correferência, paralelismo ou antíteses com a oração a que estão associados;
- não são essenciais à integridade da estrutura interna da oração, isto é, quando são retirados, a predicação conserva a sua integridade estrutural e gramatical.

Ao mencionar os constituintes extraoracionais, Dik (1989) apresenta alguns exemplos com indicações de suas funções pragmáticas:

- (4) Bem [iniciador], o que teremos para o jantar?
- (5) Damas e Cavalheiros [destinatário], vamos começar o jogo?
- (6) Quanto aos estudantes [tema], eles não serão convidados.
- (7) João era, dizem eles [parêntese modal], um brilhante estudante.
- (8) Está muito quente, não está? [modificador ilocucionário]
- (9) Ele é um sujeito simpático, seu irmão. [clarificação]

Dik (1997) afirma que, no discurso falado, freqüentemente se produzem expressões que não podem ser analisadas nem como orações nem como fragmentos de orações. Essas expressões podem preceder, suceder e até mesmo interromper uma oração, estando mais livremente associadas a ela do que os elementos que pertencem à oração propriamente dita. Ele chama essas expressões de constituintes extra-oracionais afirmando que tais constituintes têm recebido pouca atenção nos estudos gramaticais.

Dik (idem) refere-se ao Tema e ao Antitema como organizadores do discurso. O Antitema, constituinte que vem tipicamente à direita da oração, tem a função de esclarecer algum constituinte da oração antecedente (ou a oração como um



todo), opondo-se, portanto, ao constituinte Tema, explicado anteriormente, que especifica um conjunto de entidades com respeito ao qual a oração subsequente apresenta alguma informação. Nesse caso, o Tema tem uma função catafórica em relação à oração toda ou a algum constituinte dela, e o Antitema, uma função anafórica da oração, como se observa nos exemplos a seguir:

(10) Seu irmão, ele é um cara legal. (Tema)

(11) Ele é um cara legal, seu irmão. (Antitema)

Em (10), primeiro especifica-se a entidade sobre a qual a oração trará a informação: seu irmão. Já em (11), primeiramente uma informação é fornecida na oração: Ele é um cara legal, e só depois é que se sabe sobre quem se fala: seu irmão.

Conforme Dik (1989), as funções pragmáticas intra-oracionais concernem ao estatuto informacional dos constituintes da oração em relação ao contexto comunicativo² em que são usadas. Dik distingue as funções pragmáticas intra-oracionais em Tópico e Foco.

A função *Tópico* apresenta a entidade “sobre” a qual a predicação informa algo, já a função *Foco* apresenta a informação entendida como a mais importante ou principal com respeito à informação pragmática do falante e do ouvinte. As funções pragmáticas, como já observado, são atribuídas aos constituintes das expressões lingüísticas de modo semelhante ao das funções sintáticas. Muitas vezes (mas nem sempre) estes constituintes já possuem uma função semântica e, possivelmente, uma função sintática.

Para o constituinte Tópico será dedicada uma atenção especial, já que é o tema desta pesquisa. A seguir abordaremos a função pragmática Foco e Focalidade, segundo a GF de Dik (1989).

² Contexto comunicativo pode ser entendido em termos da avaliação pragmática do ouvinte no momento da enunciação verbal.

2.1 Foco

A informação focal de uma expressão lingüística é a informação construída como relativamente mais importante ou saliente na comunicação dada e considerada, pelo falante, a mais importante para o ouvinte integrar na sua informação pragmática. A informação focal, portanto, diz respeito mais diretamente, às mudanças que o falante deseja efetuar na informação pragmática do ouvinte.

Quando os constituintes que contêm informação focal funcionam, de modo especial, por causa de sua focalidade, a estes constituintes será atribuída a função pragmática *Foco*.

Para expressar as diversas formas de se chamar atenção para uma determinada parte da informação que o falante deseja passar para o ouvinte, as línguas possuem mecanismos lingüísticos específicos, como por exemplo:

- 1) proeminência prosódica: acento enfático;
- 2) ordem especial dos constituintes (ordem linear);
- 3) partículas especiais que destacam o constituinte Foco do resto da oração;
- 4) construções especiais de Foco: construções que, intrinsecamente, definem um constituinte específico como possuindo a função Foco.

Exemplos:

(12) João ama Maria. (proeminência prosódica em Maria)

(13) Maria, João ama. (posição inicial especial para Maria)

(14) João ama é só Maria. (um foco especial marcado: é)

(15) É Maria quem João ama. (uma construção especial de Foco)

Uma palavra-Q é um modo de sinalização que apresenta uma lacuna na informação, e pede que o ouvinte a preencha. Por exemplo:



(16) X: Onde está John?

(17) Y: a) John foi no mercado.

b) No mercado.

Está claro que a palavra-Q (onde) é o elemento que sinaliza e identifica a lacuna na informação de X, e assim diz respeito à diferença entre a perspectiva do falante e a do ouvinte. Portanto, a palavra-Q é o elemento focal na questão.

Dik (1989) estabelece dois parâmetros para a subcategorização do constituinte focal. O primeiro é o *escopo*, que diz respeito à parte da estrutura da oração em que está localizado o Foco. As línguas podem ter diferentes estratégias de focalização conforme o lugar do Foco, como se pode observar na figura 2, adaptada de Dik (1989).



Figura 2: Foco e Escopo

O outro parâmetro diz respeito às *finalidades comunicativas*, entendidas como as razões pragmáticas que fundamentam a atribuição do Foco a uma parte da estrutura da oração e não a outra. As estratégias para o uso do Foco são distinguidas em dois tipos: Novo (completivo) ou Contrastivo. *Novo* ou Completivo é o tipo de foco que pede ou apresenta informação pertencente a uma lacuna na informação por parte do falante.

³ π operadores: operador de predicação (tempo, modo, aspecto e operadores de polaridade).

Foco Contrastivo envolve sempre algum tipo de contraposição entre o constituinte Foco e partes alternativas da informação. Esse tipo de Foco pode ser subdividido em dois: Paralelo e Contrapressuposicional, dependendo da explicitude das partes contrastadas. Assim, o Foco Paralelo apresenta explicitamente os dois constituintes contrastados por meio de construções sintáticas paralelas. No contrapressuposicional, por outro lado, a informação apresentada é contrária a outra informação semelhante que o falante pressupõe ser admitida pelo destinatário. Ele se subcategoriza, nesse caso, em *substitutivo*, *expansivo*, *restritivo* e *seletivo*, definidos e exemplificados a seguir.

a) *Substitutivo*: o falante pressupõe que o ouvinte possui uma parte incorreta da informação X, que deve ser substituída por uma parte correta da informação Y, por exemplo:

(18) F: João comprou café.

(19) D: Não, ele não comprou café, ele comprou arroz.

b) *Expansivo*: o falante pressupõe que o ouvinte possui uma parte correta da informação X, mas que X não está completa e deve ser acrescentada, como em:

(20) F: João comprou café.

D: João não comprou somente café, ele também comprou arroz.

c) *Restritivo*: o falante pressupõe que o ouvinte possui uma parte correta da informação X, mas também uma Y incorreta como em:

(21) F: João comprou café e arroz.

D: Não, ele comprou somente café.



d) *Seletivo*: o falante pressupõe que o ouvinte acredita que X ou Y esteja correta, mas não sabe qual, como acontece em:

(22) F: Você prefere café ou chá?

D: Café, por favor.

A figura 3, também adaptada de Dik (1989), mostra as distinções relevantes para a função Foco.

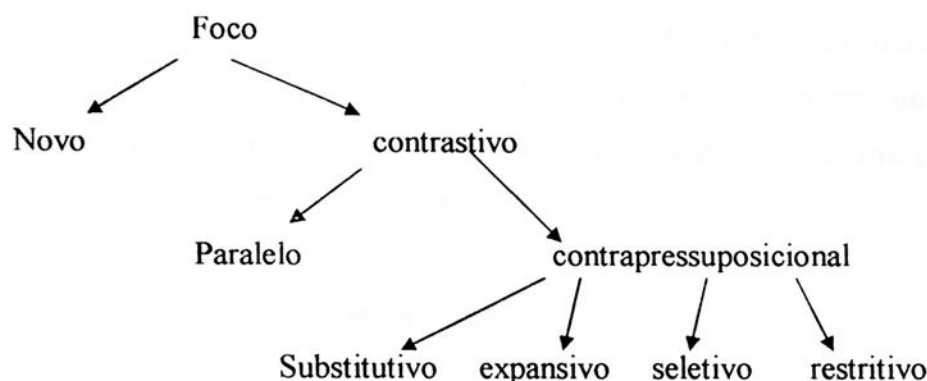


Figura 3: Foco e Finalidades comunicativas

2.2 Tópico

Dik (1981), ao tratar da função pragmática Tópico, procura distingui-la tanto do Tema quanto do sujeito. Segundo Dik, o Tema é apresentado como independente da predicação, que se ajusta a ele. O Tópico, por outro lado, é necessariamente parte da predicação e marca o constituinte sobre o qual se predica. Dik esclarece ainda que ambos, Tema e Tópico, podem aparecer numa mesma expressão lingüística, sem que o Tema precise se identificar com o Tópico. Por exemplo, em:

Quanto à Paris, a torre Eiffel é realmente espetacular.

Tema

Tópico

Nessa expressão, o Tema *Paris* apresenta a cena especificando o domínio ou o universo de discurso com respeito ao qual a predicação seguinte apresenta alguma informação relevante. *A torre Eiffel* é o Tópico dentro da predicação, porque é sobre ela que se diz algo. Essa expressão lingüística apresenta o caso limite no qual a relação entre Tópico e Tema pode ser especificada como referência de identidade.

Na oração *Aquele homem, eu o odeio* Dik (1981) mostra um caso em que a distinção entre Tópico e Tema é menos visível, pois o grau de parentesco entre o Tema e a predicação é marcado pronominalmente. Isso ocorre porque o Tema e o Tópico podem ser correferenciais.

Aquele homem = Tema *o* = Tópico

O fato de que o Tópico, ao contrário do Tema, deva ser considerado como uma parte integrante da predicação, está claro nas seguintes propriedades:

- a) quando se apaga o Tema de uma construção, a predicação continua completa em si mesma; porém, ao se apagar o Tópico de uma construção, o restante não formará uma predicação completa;
- b) o Tópico deve ocupar uma posição dentro da predicação, enquanto o Tema é apenas correferencial ao Tópico;
- c) o Tema é apresentado em forma “absoluta”, sem marca semântica e função sintática, enquanto o Tópico apresentará freqüentemente marcas semânticas apropriadas e funções sintáticas dentro da predicação.

Pezatti (1998) confirma a teoria de Dik de que há confusão na consideração das funções pragmáticas e o Tópico é, algumas vezes, tratado como o constituinte deslocado à esquerda, por isso seu estudo está sempre ligado à ordem de

palavras. A definição de Tópico é, não raro, confundida com a de sujeito, que é uma categoria sintático-semântica e não pragmática; outras vezes, é confundido com o Tema. Segundo a autora, o constituinte Tema, por apresentar traços peculiares, certamente se distingue dos outros constituintes pragmáticos. Conclui que Tópico é uma noção discursiva, enquanto o sujeito é uma noção gramatical interna à estrutura da sentença.

Dik (1981) apresenta ainda a distinção entre Tópico e Sujeito. Segundo ele, qualquer termo pode ser assinalado com a função Tópico, como se observa nas construções abaixo, ao se responder a questão dada:

(24) *What about the Eiffel Tower?*

(25) a) *The Eiffel Tower is really spectacular.*

A torre Eiffel é realmente espetacular.

b) *I rather like the Eiffel Tower.*

Eu gosto muito da Torre Eiffel.

c) *On the Eiffel Tower I once had lunch.*

Uma vez eu almocei na Torre Eiffel.

d) *We were going to make a trip to the Eiffel Tower, but we lost our way and never arrived there.*

Estávamos fazendo uma viagem para a Torre Eiffel, mas nos perdemos e nunca chegamos lá.

Em (25a), a função sintática da expressão *a Torre Eiffel* é de sujeito, mas em (b) é de objeto, em (c) e (d), de adjunto adverbial. Ainda que a função Tópico deva ser distinguida da função Tema, pode acontecer, às vezes, de serem correferenciais. Na oração, *Quanto ao João, ninguém gosta dele*, o Tema é *quanto ao João* e o Tópico, *dele*. Tópico, então, não pode ser identificado com o sujeito, ainda que a função Tópico, normalmente, seja assumida pelo constituinte sujeito.

Pode-se concluir resumindo a afirmação de Pezatti (1998) que, embora o Tópico seja um constituinte pragmático, é também um constituinte da predicação, argumento ou satélite e desempenha funções sintáticas e semânticas. Pode ocupar qualquer posição dentro da sentença, não necessariamente a posição inicial, e exercer uma função sintática que não é necessariamente a de sujeito.

Uma outra questão apresentada por Dik (1981) é se existe mais de um Tópico dentro da mesma predicação. Há argumentos favoráveis e outros desfavoráveis. Um argumento que favorece Tópicos múltiplos é a relevância dessa função claramente fora da pergunta-resposta:

O que João fez?

Ele saiu imediatamente.

A pergunta é um pedido ao interlocutor que predique algo sobre *João*, e a resposta cumpre o pedido. Assim, *ele* é o Tópico e é correferencial ao constituinte da pergunta antecedente. Já em:

O que João fez com o meu livro?

Ele o deu ao Pedro.

tanto *ele* como *o* podem ter a função Tópico.

No entanto, nas línguas que dão tratamento especial ao constituinte Tópico, em termos de marcas ou ordem dos constituintes, somente um pode ser tratado como Tópico. Dik (1981) sugere que há apenas um Tópico por predicação, o que implica que a correferencialidade de alguns constituintes com um constituinte da pergunta precedente não deve ser condição suficiente para que ele tenha a função Tópico. Assim deixa em aberto essa questão, sugerindo estudos futuros e indicando apenas um Tópico por predicação.

Para Dik (1989), a Situação Comunicativa pode ser entendida a partir da avaliação que o falante faz da informação pragmática do ouvinte no momento da interação. Como explicado anteriormente, a informação pragmática está subdividida em informação geral, situacional e contextual. Uma expressão lingüística contém alguma informação dada e alguma informação nova. Ambas, dada e nova, podem ser interpretadas como entidades que servem de intermediárias entre falante e ouvinte. Informação dada é a que se supõe partilhada pelo ouvinte e informação nova é a que não é vista como partilhada por ele. As diferenças entre dado e novo podem delimitar as dimensões de topicalidade e focalidade. A topicalidade caracteriza as entidades sobre as quais a informação é fornecida ou solicitada no discurso. A focalidade destaca as partes da informação que são construídas como mais importantes ou salientes, com respeito às modificações que o falante deseja produzir na perspectiva do ouvinte e com respeito ao novo desenvolvimento do discurso.

Estas duas dimensões de organização discursiva têm certa área de sobreposição, de modo que elementos tópicos podem ser ao mesmo tempo focais. Essa sobreposição pode ser simbolizada como na figura 4.

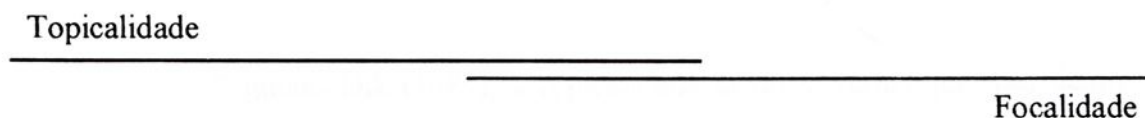


Figura 4: Sobreposição

Em muitas línguas, certos elementos topicalizados são escolhidos por um tratamento especial com respeito a forma, ordem e propriedades prosódicas. Tais elementos recebem a função pragmática de Tópico e podem ser distinguidos dentro de diferentes subfunções.

O Tópico é um conceito discursivo, já que qualquer discurso, tomado no sentido mais amplo de texto coerente, “fala” necessariamente a respeito de entidades. É essa entidade que Dik (1989) denomina Tópico-Discursivo. Um discurso pode ter

diferentes Tópicos-Discursivos, alguns apresentados como mais centrais do que outros, por isso são hierarquicamente organizados.

Em sentido abstrato, pode-se considerar que um discurso contém um “estoque de tópicos”, vazio no início, e que vai gradualmente sendo preenchido com Tópicos-Discursivos, conforme são introduzidos no discurso. Alguns Tópicos têm vida curta e desaparecem, enquanto outros permanecem ao longo do discurso.

A função Tópico apresenta, então, a entidade sobre a qual se fala numa dada situação; em outras palavras, na predicação nós dizemos alguma coisa sobre o Tópico. O Tópico pode ser distinguido em: Tópico Novo, Tópico Dado, Subtópico e Tópico Retomado.

Tópico Novo (TN) diz respeito à entidade apresentada pela primeira vez no discurso e, uma vez que a entidade em questão já tenha sido introduzida, é considerada Tópico Dado (TD). Caso um Tópico Novo tenha sido introduzido no discurso, pode-se continuar a falar não apenas desse Tópico, mas também de outras entidades inferíveis dele como disponíveis para o ouvinte e que se podem chamar de Subtópicos (Subtop). Tópico Retomado (TR) indica o Tópico Dado que, não tendo sido mencionado por um certo tempo, pode ser reativado e reestabelecido como um Tópico Dado.

Segundo Dik (1989), a topicalidade envolve várias questões dentre as quais:

1. como um *Tópico Novo* é introduzido no discurso?
2. como um *Tópico de Discurso* é mantido como um *Tópico Dado*?
3. que tipo de *Subtópico* pode ser associado com um *Tópico Dado*?
4. que tipo de estratégias existem para reintroduzir um *Tópico Dado* assim como um *Tópico Retomado*?

Com relação à primeira questão, afirma que há várias estratégias de introdução de Tópico Novo:



- (i) uso de uma expressão metalingüística explícita indicando o TN, como em:

(26) Vou contar para você uma estória sobre um elefante chamado Jumbo.

- (ii) utilização da posição de objeto ou segundo argumento.

(27) No circo, vimos um elefante chamado Jumbo.

- (iii) introdução do TN por meio do primeiro argumento ou da posição do sujeito, fazendo-se uso de construções existenciais ou locativo-existenciais:

(28) Em outros tempos havia um elefante chamado Jumbo.

- (iv) uso de predicados que indicam aparecimento em cena:

(29) De repente, diante de nossos olhos, apareceu um imenso elefante.

Em todos estes exemplos, o Tópico Novo toma a forma de um termo indefinido, pois o falante não tem razão alguma para presumir que o ouvinte possa identificar a entidade em questão. Mas quando o falante dispõe de argumentos para presumir que a identidade do Tópico Novo é conhecida pelo ouvinte, ele poderá usar um termo definido:

(30) Ontem na taberna eu encontrei sua irmã Mary.

Como observado anteriormente, o TN combina propriedades da dimensão de topicalidade e focalidade. É tópico, porque introduz uma entidade no discurso, e focal, porque introduz esta entidade no discurso (grifo nosso).

Construções de TN geralmente apresentam as seguintes características entre as línguas:

- posicionam-se em final de oração. Há várias estratégias para se evitar o TN em posição inicial da sentença, como ordem VS e construção passiva;
- em construções apresentativas, coloca-se na primeira posição um elemento vazio (expletivo, pronomes vazios ou adverbiais) para ocupar a posição que seria do sujeito e o TN vai para a posição final;
- mesmo quando o TN à primeira vista parece ter a função de sujeito, ele freqüentemente perde alguma característica de sujeito, como, por exemplo, não ter concordância. Ex: *Il arrivait trois trains*. Ou, em português, *Saiu as notas de matemática*.

Essa preferência por se apresentar em posição final da sentença pode ser ignorada se o Princípio de Importância Pragmática estiver atuando, ou seja, um constituinte, por razões pragmáticas, pode posicionar-se em outra posição, diferente de sua posição padrão.

Assim é possível que um TN apareça em posição inicial da oração, ou seja, em posição P1, de acordo com o esquema de ordenação de constituintes dado por Dik (1981):

P1 (V) S (V) O (V)

Para Dik (1989), no entanto, dificilmente o constituinte Tópico Novo é colocado na posição inicial da oração. Em alemão, ele normalmente ocupa sua “posição padrão”. Assim o sujeito é colocado na posição de sujeito e se nada mais for

feito, a posição P1 permanecerá vazia. São duas as estratégias para prevenir isso: colocar um satélite no lugar de P1 e um falso advérbio como *there* do Inglês, para ocupar a posição P1:

(31) *There has a man for you called*

Um Tópico, tendo sido introduzido no discurso como TN, pode ser tratado como Tópico Dado (TD) subsequente, criando-se assim uma “cadeia tópica”. Para manter a cadeia tópica os falantes recorrem a várias estratégias ou meios gramaticais, como:

a) referência anafórica: um Tópico Dado pode ser mantido por referência anafórica na predicação subsequente:

(32) Ontem eu fiz uma ligação ao fiscal de renda (Tópico Novo). *Ele/ O homem /O brincalhão* quis que eu fosse ao *seu* escritório, e *ele/Ø* me deu a impressão de que eu estava com algum problema.

A referência anafórica pode ser estabelecida por um pronome pessoal anafórico (*ele*) ou pronome possessivo (*seu*); por um termo que especifica a classe à qual o TD pertence (*o homem*); por um epíteto (*o brincalhão*) ou por “anáfora zero”.

b) paralelismo sintático: em algumas línguas, a manutenção de um Tópico Dado através do discurso requer que ele reapareça em posição sintática similar na predicação subsequente. A correlação entre Tópico Dado e Sujeito não é de todo inesperada. O Tópico Dado determina a perspectiva “contextual” em que o discurso é organizado, já o sujeito determina a perspectiva da qual o estado-de-coisas é apresentado. É natural, embora não obrigatório, que os dois tipos de perspectivas coincidam, já que o narrador

expressa, dentro do nível da sentença gramatical, a perspectiva contextual dominante no discurso.

As duas estratégias apresentadas a seguir não encontram correspondentes no português.

c) troca de referência: algumas línguas possuem um sistema de troca de referência. Este tipo de construção apresenta o verbo no final e pode ter o mesmo sujeito ou sujeito diferente. Como uma primeira aproximação, pode-se dizer que estas formas assinalam que o sujeito do próximo verbo será o mesmo, como em *Vendo o porco, eu fugi*, ou diferente, como *Quando vi o porco, ele fugiu*, do sujeito do verbo atual. Troca de referência é um mecanismo para sinalização de (des)continuidade de Tópico.

(33) Eu subi a montanha perseguindo um veado; eu apanhei um e, quando o sol se pôs, eu voltei para casa.

Na sentença acima, o falante é o Tópico da situação comunicativa corrente, e *o sol* só é mencionado como uma circunstância de figura-fundo para a seqüência de eventos em que o falante está envolvido. Para sentenças desse tipo, algumas línguas dispõem de instrumentos lingüísticos indicando a troca de referência.

d) evidenciação: diz respeito a uma distinção gramatical entre a terceira pessoa quando próxima ou evidenciada. Estas distinções são codificadas, em algumas línguas, em substantivos, pronomes e elementos referenciais cruzados nos predicados. A terceira pessoa próxima representa o Tópico do Discurso e, quando é introduzida pela primeira vez como Tópico Novo, ocorrerá na forma próxima e outro participante de terceira pessoa será colocado no caso evidenciação.

Como explicado anteriormente, uma vez que uma certa entidade tenha sido introduzida no discurso como Tópico Novo, pode-se considerar não somente essa entidade como um Tópico Dado, mas também as entidades que podem ser inferidas



dela com base em nosso conhecimento de mundo. Essas entidades podem ser chamadas de *Subtópicos do Tópico Dado*, por exemplo:

(34) John deu uma festa semana passada, mas a música estava horrível.

tópico dado

subtópico

No exemplo (34), *a música* é chamada de Subtópico (Subtop) de festa, pois faz parte do contexto festa.

Um Subtópico pode ser definido como um Tópico que pode ser legitimamente inferido de um Tópico Dado na base de nosso conhecimento de mundo. Para Prince (1981), o Subtópico corresponde à categoria dos Inferíveis.

Quando uma entidade é introduzida no discurso, mas não mencionada em momento algum, ela pode reaparecer ou ser reestabelecida na forma de *Tópico Retornado*, por meio das seguintes estratégias:

- a) indicação de que é feita uma mudança de um Tópico Dado para outro;
- b) uso de uma forma rigorosa de referência anafórica;
- c) indicação implícita ou explícita de que a entidade tinha sido mencionada antes. Por exemplo:

(35) John tem um irmão, Peter, e uma irmã, Mary. Peter ... (considerado episódio sobre Peter) Agora, Mary, a irmã de John, que eu havia mencionado antes.

Nesse exemplo, *agora* assinala uma mudança de Tópico, *Mary, a irmã de John* é uma anáfora forte, e *que eu havia mencionado antes* é a referência explícita de que a entidade estava sendo reintroduzida no discurso.

Conforme já observado, para Dik (1989), TNs são tipicamente introduzidos por meio da posição não-inicial na sentença. Assim, quanto aos efeitos prosódicos, a regra geral será que o constituinte TN apresenta o acento mais

proeminente da expressão. Dentro do constituinte, a acentuação será distribuída para caracterizar a posição destacada do constituinte.

- (36) a) No circo vimos um /ELEfante/
 b) No circo vimos um /ELEfante chamado JUMbo/
 c) Há um /CABELO na minha sopa./

Observa-se que o acento não está distribuído em todos os constituintes de TN. Por exemplo, *chamado* em (b) e *sopa* em (c) aparecem sem acento.

Siewierska (1991) se refere ao TN como a mais controversa das funções de Tópico de Dik. A função TN infringe o domínio da função Foco, denominada por Prince (1987) como referentes discursivos não-usados (*unused*) ou totalmente novos (*brand new*) que têm sido tradicionalmente associados com informação focal. Para lingüistas que aderem à visão do “sobre o que” do Tópico, referentes novos são inaceitáveis como Tópicos. Esta foi também a posição anterior da GF, sendo ativação ou semi-ativação considerada uma propriedade necessária de Tópicos.

Sentenças como (37) e (38) são vistas como não tendo topicalidade:

- (37) a) Um tigre perseguiu um turista.
 b) Um homem acabou de ser atropelado por um carro.
- (38) a) Há um homem na porta.
 b) Lá estão sendo mortos vários brancos da junção X.
 c) Lá ocorreu um grave acidente.
 d) No jardim, sentou Maria e suas irmãs.

Normalmente, a ausência de análises tópicas é mantida somente para orações como as de (37), enquanto as existenciais e apresentativas, em (38), manifestam a função de TN para os constituintes imediatamente pós-verbais. Os dois



conjuntos de orações são vistos para diferenciar que, em (37), indicam notícias de eventos, expressões individuais, partes não-complexas de informações e nenhum dos referentes do discurso apresenta saliência pragmática. As apresentativas em (38), por contraste, introduzem um referente discursivo que é para constituir um futuro Tópico discursivo.

Siewierska (1991) diz ainda que a função pragmática TN é primariamente associada na GF a referentes introduzidos no discurso por construções apresentativas especiais, colocadas após o verbo na função de sujeito. Isso é comum nas estruturas lingüísticas em geral e é o que também se pode observar em português:

(39) Lá tem aquelas noites prateadas.

Para Dik, (1981b) em certos casos, o sujeito prefere a posição pós-verbal. Isto ocorre, principalmente, em casos de sujeito indefinido de verbos existenciais e verbos “apresentativos”. Por exemplo:

(40) a Sempre acontecem coisas interessantes em Nova Iorque.

b Coisas interessantes sempre acontecem em Nova Iorque.

Dik (1997) afirma que Tópicos Novos são introduzidos não para permanecerem em orações individuais, mas para continuarem como Tópicos Dados em toda a unidade discursiva ou mesmo em todo o discurso. Quando um discurso começa com:

(44) Era uma vez um patinho feio.

sabe-se que não apenas nessa ou na sentença seguinte, mas toda a narrativa será sobre a questão do patinho feio. Dependendo da importância da entidade em questão dentro do discurso, haverá um alto ou baixo grau de continuidade tópica, por meio dos

recursos anafóricos. Essas cadeias anafóricas são criadas com pausas através de todas as unidades discursivas e contribuem significativamente para a coerência de cada unidade.

Assim, para Dik, uma entidade só será TN se, de alguma forma, permanecer no discurso como um TD. Dessa forma não é procedente a afirmação de Siewierska de que “referentes novos são inaceitáveis como tópicos”.

Do mesmo modo, não será aceita aqui a afirmação de Hannay (1991) de que Tópico Novo deve ser considerado como uma das subcategorias de Foco, já que para o autor, a introdução de uma nova entidade discursiva é a finalidade da mensagem e não o seu começo. Para Hannay, os elementos topicais tendem a ser dados, uma vez que se referem àqueles elementos a partir dos quais a informação relevante para a comunicação será acrescentada, enquanto os elementos focais tendem a ser novos, pois constituem a informação mais relevante comunicacionalmente e são considerados pelo falante como a informação mais essencial para ser integrada na informação pragmática do ouvinte.

A visão adotada para o desenvolvimento deste trabalho é a de que uma entidade introduzida pela primeira vez no discurso constitui-se um TN quando se mantém na cadeia tópica como um Tópico Dado ou Tópico Retomado.



CAPÍTULO II

DEFINITUDE E INDEFINITUDE

Por ser normalmente introduzido pela primeira vez no discurso, o TN aparece como um termo indefinido. Há, no entanto, algumas ocorrências em que o falante, ao presumir que seu interlocutor pode reconhecer sobre o que se fala, introduz o TN como um termo definido. Como já salientado, a proposta deste estudo é investigar as ocorrências de TN definido. Sendo assim, algumas teorias sobre definitude serão abordadas a seguir e poderão servir como embasamento teórico no estudo desse aspecto a ser investigado nos sintagmas nominais do *corpus* de língua oral.

Segundo Chafe (1976), para se compreender a função da definitude na língua, é preciso reconhecer que se comunica a maior parte das idéias de objetos específicos por meio do processo de categorização. É possível categorizar um animal, por exemplo, *cão*, como *um cão*, *o cão* e, do mesmo modo, categorizar um conjunto ilimitado de objetos. Depende da situação de comunicação saber se o interlocutor é capaz de identificar o referente específico que o falante tem em mente ou não. Caso isso seja possível, pode-se atribuir a esse referente o *status* definido. A pressuposição, nesse caso, não é apenas *Acredito que você já conhece este referente* como ainda, *Acredito que você pode selecionar em meio a todos os referentes categorizados deste modo, aquele que tenho em mente*. Chafe considera o termo identificável melhor do que definido embora adote a forma tradicional.

Tanto em inglês, como em português e em outras línguas, o *status* definido é marcado pelo artigo definido. Há, contudo, línguas que marcam a definitude por outros meios, como os demonstrativos, no Chinês ou no Latim clássico. Palavras como *este* ou *aquele* indicam o *status* de definitude no que transmitem, mas também incluem uma indicação do porquê o falante espera que o ouvinte seja capaz de identificar o referente. Para Chafe, nomes próprios são definidos, já que identificam um referente

específico. Em Tagalog, definitude é dada por um tipo diferente de proeminência superficial por meio da concordância verbal.

Para o autor, há uma variedade de considerações que possibilitam ao falante supor que seu ouvinte seja capaz de identificar o referente sobre o qual ele está falando. Por exemplo, para algumas categorias, há apenas um referente, como *a Terra, a lua, o céu* e outros. Outras vezes, há um grupo já conhecido do ouvinte. Por exemplo, ao se perguntar *Você deu comida para o cachorro?*, o ouvinte certamente não terá problema em identificar o cachorro mencionado. Estabelece-se ainda a definitude por meio da menção anterior no discurso. Para introduzir um novo referente, usa-se a forma indefinida, mas seqüencialmente, por se saber identificá-lo, deve-se usar a forma definida.

Os modificadores, geralmente, servem para produzir categorias, dentro das quais pode-se presumir a identificabilidade, já que não pode ser assumida com base apenas no núcleo do sintagma. Por exemplo: *Encontrei o mecânico nesta manhã*. No caso de o ouvinte não reconhecer o mecânico de quem se está falando, seria melhor dizer: *Encontrei o mecânico de barba ruiva* ou *Encontrei o mecânico que consertou nosso carburador na semana passada*. Pode ocorrer também que um item específico leve a outro como em *Vimos uma casa nova ontem* e, assim, pode-se continuar dizendo: *a cozinha era muito grande*, já que se espera que uma casa tenha cozinha. Esse encadeamento não se estende apenas entre um substantivo e outro, mas também entre verbos e substantivos. Por exemplo, o verbo *vender* remete a uma certa quantia em dinheiro: *Vendi minha bicicleta ontem e estou pensando no que vou fazer com o dinheiro*.

Uma informação nova é a que o falante introduz na consciência do ouvinte. Informação velha sugere o que se supõe que o ouvinte saiba, e informação nova é o que se supõe que o ouvinte não saiba, algo que está sendo introduzido na mente do ouvinte pela primeira vez. Quando o falante diz *Eu vi o seu pai ontem*, presume-se que o ouvinte tenha um conhecimento anterior do pai dele, mesmo que, por critérios comuns,

o pai pudesse ser considerado informação nova. Neste momento, o falante presume que o ouvinte não esteja pensando em seu pai.

Chafe (1976) afirma que os principais efeitos lingüísticos da distinção dado-novo, em inglês, e talvez em outras línguas, reduz-se ao fato de que a informação dada é menos enfatizada que a informação nova e ainda está sujeita à pronominalização. Para Chafe (1979), elementos que trazem a informação nova são pronunciados com um tom mais alto. Tom mais alto e amplitude estão relacionados, evidentemente, a aumento na eficácia da comunicação.

Ao se referir à informação velha, Chafe (1979) afirma que o conceito que se pressupõe do termo é familiar para o ouvinte, e essa familiaridade é compatível com um nome definido. A falta de familiaridade com conceito genérico implica uma lacuna na competência lingüística do ouvinte.

Para Chafe (1976), um falante pode prever que existe algo na consciência do ouvinte, baseando-se em qualquer contexto lingüístico. Extralingüisticamente, o falante deve crer que ele e o ouvinte compartilham percepções e consciência de alguns objetos no ambiente.

É válido dizer que há uma interação entre o *status* dado e o *status* definido. Existe uma forte tendência de a indefinidade e a novidade caminharem juntas. Das quatro combinações possíveis, três são bem comuns: indefinido e novo; definido e novo; e definido e dado. A quarta combinação, indefinido e dado, só pode ser encontrada quando o referente em questão for distinto do referente estabelecido pelo sintagma dado, como no exemplo *Ontem eu vi um cachorro e João viu um também*.

Para Braga (1984), a presença do traço [+def] parece ser determinada pela maior ou menor necessidade de especificação de um referente, e não de seu caráter novo ou velho. A especificação e a genericidade não se circunscrevem a um único tipo de determinante; estas duas noções podem se exprimir quer por meio do traço [+def], quer pelo traço [-def], quer por Ø, combinado com os demais elementos do contexto lingüístico em que o referente ocorreu.



Já os referentes novos, com traço [+def], para Braga (1987), são explicados pela noção de *inerência*. Para a autora, há relatividade nesse conceito e, em português, entidades consideradas mais inerentes tendem a vir precedidas de artigo definido. Cita o caso em que uma falante discorria sobre o fato de nunca ter sido assaltada, quando se lembra de seu carro, dá uma risada e diz: *...agora o meu carro...* As aparentes discrepâncias (referente novo precedido por determinante definido, referente evocado precedido por determinante indefinido) justificam-se discursivamente.

Por outro lado, Wright & Givón (1987) tratam da pragmática da referência indefinida e afirmam, como tradicionalmente se faz, que termos lingüísticos se referem a entidades que existem no mundo real. Para eles, as línguas tendem a tratar casos diferentes utilizando-se dos mesmos processos gramaticais. É o que se observa nas sentenças (1a) e (1b) abaixo, que diferem quanto ao uso do sujeito definido:

(1) a O rei da França é careca. (falha de denotação)

b A rainha da Inglaterra é careca. (denotação correta)

Presume-se que a sentença (1a) não faça sentido porque seu sujeito falha ao denotar.

Ao prestar atenção ao uso da gramática e ao que está por trás dela, vê-se que a referência na linguagem humana não trata de termos lingüísticos sobre a existência do indivíduo no mundo real, mas sim de termos que são estabelecidos verbalmente pelos indivíduos, seja qual for o propósito, dentro do universo do discurso.

É certo que o universo do discurso e o mundo real coincidem consideravelmente, na fala comum de ser humano, que trata de pessoas e seu dia-a-dia. Mas quando isso não acontece, a gramática da referência desconsidera a denotação do mundo real, acatando a denotação do universo do discurso.

Assim, todo universo do discurso é estabelecido por algum propósito por parte do falante. O falante destina entidades desse universo para referirem-se ou não a

algo. Portanto, é o destino referencial proporcionado pelo falante que controla a referência.

Dessa forma, na falta do mundo real como controlador da denotação, encontramos o destino referencial do falante assumindo esse papel na referência da linguagem humana.

Citando Quine (*apud* Wright & Givón, 1987), os autores se valem do termo opacidade referencial, observada em expressões de sentenças já proferidas, que substituem outras modificando o verdadeiro valor da proposição. É o que se vê nos exemplos abaixo:

(2) a Manágua é (i) a cidade de Júlia.

(ii) a capital da Nicarágua.

b Harry sabe que Manágua é (i) a cidade de Júlia.

(ii) a capital da Nicarágua.

Nas sentenças (a), temos o que é chamado por Quine de *transparência referencial*, já nas sentenças (b), vemos que a substituição das expressões causa um ambiente de *referencialidade opaca*, pois pode ter havido mudança nos valores das proposições.

Também está associada à opacidade referencial a existência de *ambigüidade* entre o que é referência específica e o que é referência genérica. Isso ocorre em sentenças como as abaixo:

(3) a João casou com uma **mulher** rica.

b João queria casar com uma **mulher** rica.

Podemos ver que, na sentença (a), o termo *mulher*, de certa forma, tem uma referência existencial, pois se João se casou com ela, é porque ela deve ter existido. É uma referência transparente. Já na sentença (b), acontece outro tipo de opacidade

referencial: o termo *mulher* mostra que o falante não assume nenhum compromisso com relação à existência dessa mulher; portanto, é uma referência opaca, ela pode existir como um ideal de mulher na cabeça do falante, ou somente como mais um tipo de mulher, nenhuma em especial.

Em inglês, nomes indefinidos são potencialmente ambíguos quando se referem a uma entidade no universo do discurso. Os autores consideram também que o artigo indefinido simplesmente marca o fato de um termo estar sendo introduzido no discurso pela primeira vez, sem nenhuma pressuposição de familiaridade por parte do falante em relação ao ouvinte. Essa pressuposição é, de fato, o maior requisito para a marcação de nominais gramaticalmente definidos.

Em inglês, há forte contraste entre artigos definidos e indefinidos, mas em outras línguas, como Crioulo Havaiano, há nítida diferenciação entre os indefinidos referenciais e não-referenciais. Eles marcam com o numeral *one* as ocorrências de nomes referenciais indefinidos, e com zero ($\emptyset$) os nomes não-referenciais. Também se encontram línguas que só marcam gramaticalmente o contraste entre referencial e não-referencial, como é o caso do Bemba, que marca com um prefixo os nomes referenciais, e com outro os nomes não-referenciais.

Galmiche (1989) explica os sintagmas referenciais introduzidos por artigo definido, tratando da referência como um ato de fala que pertence ao domínio da enunciação. O uso de sintagmas definidos é para referir a objetos ou indivíduos, mas o que ocorre é que são os falantes que se referem a algo ao utilizarem os sintagmas apropriados. Para Galmiche (*idem*), esse não é um ponto de vista completamente original, já que há descrições tradicionais. O que admite, no entanto, é que é delicado abordar aspectos que pertencem ao comportamento dos falantes, ao sistema lingüístico propriamente dito e às relações que os falantes mantêm com outra entidade: o mundo (extralingüístico).

Um sintagma definido indica basicamente que há um - e um único objeto - que corresponde à descrição utilizada. Para Galmiche (1989), se há **um**, então há **outro**: ou melhor, ao se falar de **um**, é preciso fazê-lo de modo que não seja **o outro** ou **os**

outros, senão nem o **um** nem o **outro** terão sentido. É o princípio da **unicidade** de Hawkins (*apud* Galmich, 1989), citado por também por Dik (1989). Se a expressão “um e só um” se impõe por si mesma, ela carrega a questão de saber *onde* e *no quê*. A resposta, para essa generalidade, é que a unicidade não pode encontrar sua “alteridade” senão no centro de um conjunto. Para Hawkins, esse conjunto está instalado pelo discurso anterior: o contexto lingüístico. O sintagma definido é então considerado anafórico.

Caso não haja um discurso anterior, os traços lingüísticos podem ser agrupados em três categorias:

- 1 **conjunto compartilhado** - que para Hawkins é o saber geral. Nesse caso, os falantes pressupõem um conhecimento que compartilham com os interlocutores, por exemplo em *O governo tem dificuldades*.
- 2 **situações visíveis** – indicam as condições materiais da interlocução, isto é, os parâmetros espaço-temporais do ambiente e a percepção desse ambiente, como por exemplo *Senta na poltrona*.
- 3 **conjuntos associativos** – referem-se aos conjuntos de uma natureza particular, mas ligados ao saber geral. Por exemplo, ao se falar sobre *um carro* ou *um livro*, pode-se dizer respectivamente: *A pintura é metálica/ A encadernação é luxuosa*.

Para esse processo de referência de Hawkins (*idem*), Galmiche tece uma análise crítica, revendo a noção de conjunto e de seus elementos, e o processo de localização do referente, no conjunto em questão. Trata, ainda, das descrições plurais no fenômeno da inclusividade. Ao se dizer ao garagista *Os pneus devem ser mudados*, pressupõe-se que todos os pneus e não apenas alguns deles. O autor considera que o artigo definido equivale a um quantificador universal, com a condição de considerar quantidade, segundo o ponto de vista adotado no enunciado. Propõe a distinção que faz R. Martin (1986) entre a “propriedade distributiva” e a “propriedade coletiva”. Em *Os*

americanos foram à Lua é verdadeiro distributivamente ao se referir a duas pessoas e coletivamente ao se referir a todos os americanos (e não aos russos, aos franceses etc).

O autor inclui em sua descrição os sintagmas do tipo N+Adj. (i.e. os nomes acompanhados de um modificador: relativo, adjetivo ou complemento nominal) por representarem a mesma função de um discurso anterior.

“Discurso anterior” é utilizado, aqui, num sentido relativamente não muito claro, de maneira a incluir os empregos não-familiares nos quais um modificador, que constitui uma informação subsequente, funciona da mesma maneira que um discurso anterior mencionando o referente (Lyons *apud* Galmiche, 1989, p.29).¹

Para Galmiche (1989), a presença desses adjuntos é assimilável a um processo de catáfora. E para a perspectiva conjuntista, se o conjunto pertinente não foi instalado pelo discurso anterior ou pelo contexto, ele é nesse caso “reinstalado” por um modificador.

A adjunção de um modificador cria a heterogeneidade de um elemento no seio de um conjunto, quando a única menção do nome for insuficiente.

Já para Dik (1989), uma das marcas da definitude e indefinitude dos sintagmas nominais são os instrumentos gramaticais que denomina de operadores de termo. Segundo o autor, a GF estabelece uma distinção nítida entre elementos lexicais (de “conteúdo”) e elementos gramaticais (da “forma”) na estrutura das expressões lingüísticas. Elementos lexicais estão contidos nos predicados básicos listados no léxico. Elementos gramaticais refletem vários operadores e funções aplicáveis a estruturas subjacentes em diferentes níveis; juntos, operadores e funções definem o arcabouço gramatical no interior do qual predicados lexicais podem combinar-se em expressões lingüísticas. Dentre os vários tipos de operadores que Dik (1989) reconhece, os

¹ “Discours antérieur” est utilisé, ici, dans un sens relativement flou, de manière à inclure les emplois non-familiers dans lesquels un modificateur, qui constitue bien sûr une information subséquente, fonctionne de la même manière qu’un discours antérieur mentionnant le référent.

operadores de termo estendem sua influência no termo todo sobre o qual operam. Assim, em:

(4) os três elefantes cinzas

os predicados *elefante* e *cinza* atribuem propriedades a cada uma das entidades a que se pretende referir com o uso do termo. Porém, “definido” (os) e “três” indicam propriedades de todo o conjunto referido.

Dik (1989), ao tratar da definitude, estabelece diferenças entre o uso de termos definidos e indefinidos, explicando-as por meio da teoria da referência. Segundo a teoria dikiana, as predicções são formadas por meio das inserções de estrutura de termos nos *slots* de argumentos e de satélites das estruturas de predicados. Por termos, entende-se qualquer expressão que pode ser usada para se referir a qualquer entidade em algum mundo. As entidades às quais um termo pode-se referir são os *referentes potenciais* daquele termo. As entidades às quais um termo pretende referir-se em um uso específico são os *referentes pretendidos* daquele termo naquele uso.

A predicação pode ser entendida considerando-se dois atos básicos de *referenciação* e *predicação* (SEARLE, 1969, *apud* DIK, 1989). O ato de referir aponta com precisão entidades sobre as quais alguma coisa é predicada; o ato de predicar significa atribuir propriedades e relações a tais entidades.

De acordo com a perspectiva geral da interação verbal, o ato de referir é uma ação pragmática e cooperativa entre falante (F) e destinatário (D), num processo de comunicação, conforme o modelo a seguir:

F encaminha D para E por meio de T

no qual T é um termo, e E é entidade. Ao usar um termo, o falante (F) pretende guiar o destinatário (D) para alguma entidade sobre a qual ele pretende predicar alguma coisa. A informação fornecida no termo deve ser suficiente para que o destinatário seja capaz

de entender o referente pretendido entre a classe infinita de referentes possíveis e virtualmente disponíveis em qualquer situação de comunicação. Para que isso ocorra, F descreve o referente pretendido por meio de propriedades que, sucessivamente, restringem o conjunto de referentes potenciais do termo usado. Em geral, F não precisa dar mais informação descritiva do que o necessário para que D alcance a identificação pretendida. Se F der informação insuficiente, D poderá ser incapaz de identificar o referente pretendido, assim como, se der mais informação do que o necessário para identificação, o excesso de informação pode impedir e, até mesmo, frustrar o desenvolvimento posterior da interação comunicativa.

Assim, a quantidade de informação descritiva a ser fornecida em um termo depende da avaliação do F sobre capacidade já existente do D para identificar o referente pretendido, e essa capacidade depende do estado real da informação pragmática do D.

Ao se definirem termos como instrumentos para o ato de referir a entidades em um mundo, este não deve ser entendido como o mundo real, mas um mundo mental, uma representação ou modelo mental. É importante entender que as entidades não são “coisas na realidade”, mas “coisas na mente”, da mesma forma que os estados de coisas têm um *status* de mundo mental, e não de mundo real. Há três razões principais pelas quais as entidades devem receber a atribuição de *status* mental:

1. existem muitas coisas às quais se pode referir e sobre as quais se pode conversar, mas que não existem na realidade;
2. pode-se referir a coisas “reais” apenas na medida em que se tem alguma representação mental delas;
3. pode-se fazer referência a coisas da realidade até mesmo em situações nas quais essas coisas não são percebidas ou experienciadas diretamente em lugar algum. Essa referência pode ser eficaz apenas em virtude do fato de que se possui, ou se pode consruir uma representação mental em termos da qual se pode passar a monitorar o curso posterior da comunicação.

Tendo em vista que entidades são coisas a que se fazem referência na mente, não na realidade, podem-se distinguir dois tipos de referência:

(i) **a referência construtora:** quando F auxilia D a construir o referente por meio de T, e dessa forma introduz E em seu modelo mental. Essa referência é, caracteristicamente, obtida por meio de termos indefinidos;

(ii) **a referência identificadora:** quando F auxilia D a identificar o referente que supostamente já esteja, de algum modo, disponível a D. Essa referência é obtida por meio de termos definidos, como em:

(5) *Yesterday in the park I saw a black cat. Today I saw it/ the cat/ that cat again.*

Ontem, no parque, eu vi um gato preto. Hoje eu o vi/o gato/ novamente.

Pode-se presumir que um referente esteja disponível a D com base:

(a) Numa informação pragmática de longo prazo do D, como em:

(6) *It was a nice day. The sun was shining*

Era um lindo dia. O sol estava brilhando.

(b) Numa informação pragmática do D, por ter sido introduzida no discurso anterior, como em:

(7) *Last week I saw a cat. Today I saw it again.*

Na semana passada eu vi um gato. Hoje eu o vi novamente.

(c) Numa informação perceptivelmente disponível na situação, como em:

(8) *Do you see the man with the green sweater?*

Você viu o homem de suéter verde?

(d) Nas inferências deduzidas em qualquer uma das informações de (a-d) como em:

(9) *I wanted open the door but I could not find the key.*

Eu quis abrir a porta, mas não encontrei a chave.

Segue dessas caracterizações que termos indefinidos devem ser tipicamente empregados para introduzir um referente no discurso, enquanto termos definidos devem ser empregados para referir de novo a um referente já estabelecido no discurso. É possível entender a grande maioria dos usos de definidos e indefinidos com base nesta teoria.

Para Neves (2000), o artigo definido pode ocorrer em sintagmas referenciais:

- do contexto extralingüístico (exófora, ou referência situacional);
- do próprio contexto lingüístico (endófora, ou referência textual);
- genéricos.

No primeiro caso, em sintagmas referenciais do contexto extralingüístico, a referência pode ser:

- direta: o falante faz referência a um elemento da situação de enunciação.
- indireta: dependendo do conhecimento compartilhado entre falante e ouvinte, embora a entidade a que se faz referência não esteja presente na situação de fala.

No segundo caso, a referência se faz a uma porção anterior (anáfora) ou posterior (catáfora) do próprio contexto lingüístico. E, por último, o artigo definido ocorre em sintagmas referenciais genéricos.

Segundo Dik (1989), há três traços freqüentes ligados a termos definidos: comprometimento existencial, unicidade e inclusividade. A noção de comprometimento existencial não pode estar relacionada à existência no mundo real mas à disponibilidade que se pressupõe estar na informação pragmática do ouvinte. Referentes não existem no

mundo real, são construtos mentais que podem ou não corresponder a coisas na realidade. O traço de unicidade deve ser analisado como identificabilidade única no modelo mental a ser considerado. Nenhuma descrição definida garante referência única por si mesma. Unicidade de referência resulta da interação entre o termo definido usado e o modelo mental, como é construído na interação falante e ouvinte. Outro traço que caracteriza termos definidos é o da inclusividade de referência, que sugere a inclusão de todas as entidades de um conjunto por meio do uso de termos definidos, conforme Hawkins (1978).

Para Dik (1989), tanto o traço de unicidade quanto o de inclusividade podem ser considerados como uma “implicatura de identificabilidade”, conforme Grice (1975).

Quanto à expressão formal dos operadores definidos e indefinidos, há uma correspondência freqüente, mas não necessária, com artigos definidos e indefinidos. Essa correspondência está longe de ser precisa nos fatos do inglês, assim como em expressões do português:

- Plurais indefinidos não admitem artigo indefinido, como em:

(6) *Dogs are faithful.*

Cachorros são fiéis.

- Pronomes pessoais não admitem artigo definido, embora se comportem como termos definidos, tanto gramatical quanto pragmaticamente, como em:

(7) *He is a good man.*

Ele é um bom homem.

- Como Chafe (1976), os nomes próprios normalmente não admitem artigo definido, embora tenham todas as propriedades de termos definidos, como em:

(8) *Mary is an intelligent woman.*

Maria é uma mulher inteligente.

Há, contudo, em português, a possibilidade de nomes próprios aparecerem antecidos de artigo, como é o caso de:

(9) A Maria é uma mulher inteligente.

Nesse caso, o falante acredita que o ouvinte é capaz de identificar a entidade referida e o uso do artigo é ligado a costume regional, familiar ou pessoal.

Tanto em pronomes como em nomes próprios, neutraliza-se a oposição definido/indefinido em favor da definitude. Isso é compreensível desde que sejam usados para referir-se aos participantes da fala, que, pressupõe-se, estejam disponíveis e, portanto, identificáveis em qualquer circunstância.

Em outras línguas, é possível descobrir outros esquemas de expressão para [+/-] definido:

- Nas línguas escandinavas, aparece uma expressão afixal;
- No servo-croata, a codificação de definitude se faz no adjetivo, e não no nome;
- No húngaro, há um tipo especial de concordância verbal para termos definidos;
- No latim, há diferenças sistemáticas na ordem dos constituintes em correlação a [+/-] definido.

Outro aspecto, apresentado por Dik (1989) e que está ligado ao uso de termos definidos e indefinidos, é o da especificidade e genericidade. Para Dik, um

termo específico é aquele cujo referente pretendido é uma ocorrência particular do conjunto designado pelo termo. Assim, em:

(10) a Eu vi o cachorro no jardim.

b Eu vi um cachorro no jardim.

os termos *o cachorro/um cachorro* são usados para referir a certa ocorrência particular da espécie cachorro. Isso é geralmente chamado de uso específico de tais termos.

Por outro lado, *um termo genérico* é aquele cujo referente pretendido é qualquer ocorrência arbitrária do conjunto designado pelo termo. Então, em:

(11) a O cachorro é o melhor amigo do homem.

b Um cachorro é muito fiel.

os termos *o cachorro/um cachorro* são usados para referir a toda espécie de cachorros, ou qualquer membro arbitrário dessa espécie. Esse é o uso genérico desses termos.

Para Dik (1989), os operadores de termo se referem a conjuntos, não a massas, e explica que há duas maneiras de se distinguirem os nomes de massa: (i) pressupor que termos de massa designam conjuntos; eles devem, então, ter elementos de algum tipo; (ii) pressupor que termos de massa não designam conjuntos; eles devem ter outra coisa que não seja conjuntos para dar conta das propriedades de alguns tipos de referentes. Dik segue a segunda possibilidade, acatando o exposto por Bunt (1985), segundo o qual massas são distinguidas dos conjuntos.

Ao estabelecer a oposição específico/genérico, Dik (1989) coloca três problemas relevantes: em primeiro lugar, a análise não é clara quanto ao fato de ser ou não correto assumir que a oposição [+/-] definido é relevante em combinação com o operador genérico. O que fica claro é que há diferenças no fato de que termos genéricos definidos e indefinidos não são sempre substituíveis um pelo outro (cf. Smith, (1975), Lyons, (1977)). Por exemplo:

(12) a O dodô está extinto.

*b Um dodô está extinto.

Outro problema é se há diferença entre as duas propriedades: não-específico e genérico, por exemplo, em:

(13) a Se você sentir-se solitário, você pode comprar um cachorro

b Se você sentir-se solitário você pode comprar o cachorro.

Como em (a) um cachorro é normalmente rotulado *não-específico*, não *genérico*, a sentença pode ser interpretada como uma afirmação genérica sobre cachorros. Por outro lado, se interpretarmos *genérico*, como um referente arbitrário do tipo relevante, então a diferença será menor. Esse caso pode ser explicado como um termo genérico aparecendo dentro de uma predicação não genérica.

O terceiro problema, mais geral, está no fato de que a oposição entre específico e genérico é usualmente não codificada na forma dos termos em questão. Não é fácil encontrar línguas com artigos especiais ou afixos que expressem sem ambigüidade os valores específico e genérico. Isso leva a diferentes fenômenos, que podem ser sensíveis à oposição específico/genérico nas diferentes línguas:

- algumas línguas têm diferentes pronomes indefinidos correspondentes à distinção específico/genérico;
- pode haver diferenças de ordenação conforme o termo tenha referência específica e genérica;
- há restrições de coordenação;
- há diferenças nas paráfrases;
- há diferenças nas possibilidades de continuar coerentemente o discurso;

- a escolha de indicativo/subjuntivo em orações relativas se correlaciona com referência específica/genérica.

São esses alguns dos fenômenos que assinalam a oposição específico/genérico.

A oposição é também de importância óbvia para a semântica e para as inferências lógicas que podem ser deduzidas de uma proposição, dependendo de receber uma leitura genérica ou uma específica.



CAPÍTULO III

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A proposta deste trabalho é averiguar a função pragmática Tópico Novo definido no português falado. Para tanto, servimo-nos da teoria da Gramática Funcional de Dik (1989), que trata com propriedade tanto das funções pragmáticas intra-oracionais (Tópico e Foco) e extra-oracionais quanto da noção de definitude.

Neste estudo, tomamos como unidade operatória a oração (*clause*), já que o constituinte intra-oracional Tópico faz parte da predicação propriamente dita e se associa à oração por razões pragmáticas. De acordo com os critérios de Dik, a oração constitui uma entidade de quarta ordem, ou seja, é uma proposição à qual se aplica uma força ilocucionária.

O material utilizado é o *Corpus* de Língua Oral (1991) constituído por narrativas de experiência pessoal sobre Perigos de vida, com falantes de nível primário e secundário de escolaridade e idade variável de 20-40 e 41-60 anos¹.

A narrativa de experiência é um valioso material de observação do uso do português falado, pois ao narrar suas experiências pessoais mais envolventes, o informante deixa de se preocupar com a forma. A desatenção à forma acarreta uma linha de relato, que Tarallo (1985) denomina de “estrutura narrativa”. Na estrutura narrativa, Tarallo cita as partes estabelecidas por Labov: resumo, orientação, complicação da ação, resolução da ação, avaliação e coda. Cada uma dessas subpartes é composta por unidades mínimas de narração, denominadas “orações narrativas”, que seguem uma ordenação para marcar a seqüência dos eventos.

¹ Esse *corpus*, organizado por Roberto G. Camacho, foi levantado por alunos de Fundamentos de Lingüística do Curso de Letras da UNESP, *campus* de São José do Rio Preto.



As narrativas aqui investigadas foram transcritas segundo normas do Projeto da Norma Culta Urbana (NURC) num total de cinquenta narrativas. Foram analisadas 242 ocorrências sendo 120 de TNs definidos e 122 de TNs indefinidos e cada uma delas é seguida de uma especificação, como exemplificada em (1) e (2):

(1) (5 A1-n (4))

(2) (24 B2-n(7))

5 e 24 são os números sequenciais das narrativas, A refere-se ao falante de idade variável entre 20-40 anos e B, ao falante de 41-60 anos, 1 e 2 referem-se respectivamente ao nível de escolaridade primário e superior e 4 e 7, aos números sequenciais das narrativas dos respectivos seguimentos.

No tratamento estatístico dos dados, foram utilizados alguns programas do pacote VARBRUL, destinados ao estudo de fenômenos lingüísticos, em variação, que fornecem resultados percentuais para uma análise quantitativa que auxilia na análise qualitativa. É necessário lembrar, porém, que o uso do VARBRUL representa apenas um instrumento estatístico que estabelece correlações significativas, de modo rápido e econômico, entre um conjunto de grupos de fatores; portanto, aqui não se trata de analisar variáveis, no sentido sociolingüístico do termo.

As ocorrências levantadas no *corpus* foram inicialmente tabuladas, privilegiando-se a definitude do TN, para, a partir de então, analisarem-se os outros fatores. Foram selecionados alguns grupos de fatores considerados pertinentes para a análise do TN, que serão explicitados a seguir. As letras entre parênteses fazem parte da codificação necessária para criação do arquivo de dados e posterior aplicação do pacote VARBRUL.

a) **Definitude:** definido (D), indefinido (I);

b) **Tipo de informação:** informação de longo prazo (n), de curto prazo (z), da situação discursiva (b) e das inferências de a-d (i);

- c) **Marcas da definitude:** artigo (a), pronome possessivo (s), pronome pessoal (o), pronome demonstrativo (d) e nome próprio (p);
- d) **Genericidade:** específicos (f) e genéricos (g);
- e) **Estratégias de introdução de TN:** como declaração metalingüística explícita (m), posição de primeiro argumento (h), posição de segundo argumento (j), como forma de aparecimento em cena (p), com construção existencial ou locativo-existencial (x), como satélite (t);
- f) **Função Sintática:** sujeito (S), objeto (O), oblíquo (Q) adjunto adverbial (C), complemento adverbial (T) e predicativo (P);
- g) **Forma de manifestação:** lexical (L), pronominal (R), ambas (H);
- h) **Posição:** anterior (A) ou posterior (D) ao verbo;
- i) **Nível de Escolaridade:** nível primário (r) e nível superior (u).

A partir da análise desses fatores em cada ocorrência, pôde-se então iniciar a aplicação do pacote VARBRUL e, a seguir, proceder-se ao estudo pormenorizado dos resultados que tiveram a função específica de dar sustentação empírica às afirmações feitas sobre TN definido.

Para a análise dos dados, selecionou-se a **definitude** como a variável dependente, uma vez que esta pesquisa investiga os casos de TNs definidos. Sabe-se, conforme Dik (1989), que o TN, ao ser introduzido pela primeira vez no discurso, tende a aparecer em uma forma indefinida, já que o destinatário não conhece ainda a entidade em questão. Dik não exclui, porém, a possibilidade de o TN aparecer como definido. Busca-se, dessa forma, investigar esse uso, considerando-se **definido** o termo que identifica um referente que o falante presume estar disponível ao ouvinte no momento da interação verbal, e **indefinido** o termo que constrói um referente de acordo com as propriedades especificadas no termo.

Em outras palavras, um termo indefinido tem referência construtora e um definido, referência identificadora. Na referência construtora, o falante convida o ouvinte a construir um referente de acordo com as propriedades especificadas no termo e, na

referência identificadora, o falante convida o ouvinte a identificar um referente que o falante presume estar disponível ao ouvinte.

Levando-se em consideração que TNs definidos mostram uma referência identificadora, pretende-se investigar o **tipo de informação** desses constituintes definidos: se a informação que o falante encaminha para o ouvinte refere-se a uma informação de longo prazo para o ouvinte, se a uma informação pragmática de curto prazo, por ter sido introduzida para o ouvinte no discurso anterior, se a informação está disponível para o ouvinte na situação ou se pode inferir da informação disponível em qualquer uma das anteriores.

A análise do fator **marcas da definitude** tem por objetivo observar quais os operadores de termo que marcam a definitude dos sintagmas nominais além dos artigos e assim identificar TNs definidos e indefinidos.

Uma vez que termos definidos e indefinidos podem ser usados de diferentes modos, o TN foi também investigado levando-se em consideração a **genericidade**. Termos específicos e genéricos podem interagir livremente com definidos e indefinidos, bem como com singular/plural, no caso de termos que se referem a conjuntos e não a massas.

As **estratégias de introdução** do TN são um fator de importância para se verificar, no português falado do Brasil, o modo como são introduzidos os TNs. Pretende-se aqui verificar se as formas propostas por Dik (1989) são exaustivas ou se o português falado lança mão de outras estratégias para introduzir um TN no discurso.

O fator **função sintática** foi incluído devido à concepção corrente, nos estudos lingüísticos, de que a função Tópico está intimamente relacionada à função sintática Sujeito. Objetivando, portanto, verificar a validade de tal afirmação, analisamos esse fator incluindo não só a função sujeito, mas todas possíveis.

Considerando que o TN tende a apresentar referentes novos no discurso, é de se esperar que sua expressão formal mais natural seja a lexical. Desse modo, foi incluído o fator **forma de manifestação** do constituinte TN a fim de se verificar a validade de tal hipótese.



A inclusão do fator **posição** se deve a considerações correntes de que o TN tende a ocorrer como primeiro ou segundo argumento pospostos ao verbo. O objetivo, nesse caso, é verificar a possibilidade de ocorrências de TN em outra posição.

O fator extralingüístico investigado, **nível de escolaridade**, objetiva verificar se há diferenças na introdução de TN em discursos de falantes com grau de escolaridade diverso.

Com base nesses critérios de análise é que obtivemos os dados pertinentes que foram submetidos, como já se assinalou, a programas específicos do pacote VARBRUL. Os dados quantitativos, referentes à frequência de ocorrências, foram depois submetidos a uma análise qualitativa, cujos resultados são discutidos nos capítulos seguintes.

CAPÍTULO IV

DESCRIÇÃO E ANÁLISE DAS CONSTRUÇÕES DE TN EM NARRATIVAS DO PORTUGUÊS FALADO

O Tópico, como já exposto, é um constituinte intra-oracional, uma função pragmática que assinala a entidade sobre a qual se predica algo. O Tópico introduzido na oração pela primeira vez é denominado Tópico Novo.

Levando-se em consideração a teoria de Dik (1989), os TNs identificados nas narrativas pessoais sobre perigos de vida são os que, tendo sido introduzidos pela primeira vez, continuam presentes no texto, construindo uma cadeia tópica. Para ilustrar essa noção sobre o TN, relevante para a análise a que nos propomos, observar-se-á a narrativa 1 A1-n (4) abaixo e, a seguir, serão comentadas as ocorrências de TN dessa narrativa.

Eu tava di férias eu tava na casa du meu tiu nu sitiú...quandu tava cabanu as férias aí:::a genti tinha qui v'imбора i:: lá num passava ônibus aí tinha qui vim com o leiteru u leitrú qui fazia linha lá...aí quandu foi dia vintiquatru eu...peguei carona cu leiteru pá vim imбора quandu chegô nu sítíu::qui ::a::...moça morava né qui ela chamava Maria Helena...ela::aí ela também vinha qui pra vinha...pá mesma cidade qui eu qu'ela vinha comprá inxoval...i foi cada fazenda qui passava ia::...povu pidinu carona né i::até qui::tava nós duas só na gabini im cima já tinha bastanti homi...quandu chegô numa outra fazenda u fazendero qui pricisava vim pra cá também mais eli tava cum pé machucadu i num podia i na carroceria...aí::eli veiu na gabina pá podê cabê (eli) eu tivi qui i nu colu dela...aí::quandu chegô ::na primeira cidadinha...qui era Onda Verdi...aí u u homi parô na máquina di

arroz pá deixá::...um sacu di arroiz qu'eli tinha trazidu du sítu pá::pra
 limpá...inda fechô a porta bateu di novu inda falô qui nós tava muito nova
 pá morrê...aí dava um quilômetro mais u menu...tinha um mata-
 burru...i::num sei si foi nu passá (o) nu mata-burru caminhão::velhu u si
 agen/eu u ela relô na maçaneta da porta...i a porta abriu...i ela::caiu caiu nós
 duas i ela já caiu imbaixu da roda...i::...i::...aí::já...já já caiu eu::caí assim
 di...di gatão quando eu olhei assim meu pá trais assim a::u caminhão lá tava
 cabanu di passá im cima dela...i::u pessuau qui tava im cima já pulô tudu i
 pegava ela começou a chacualhá mais cumeçô saí sangue pu nariz::pa
 boca...aí::v::...inclusivi u pai dela tava nu caminhão inda falô “num adianta
 levá ela mais pá lugar nenhum qui ela já morreu...”aí incostô um ::...uma
pessoa qui morava lá pertu qui era pertu dum sítu i::quieria levá ela mais u
 pai dela falô qui num adiantava aí mandô eli pedi::...só i::na na cidadinha
 qui a genti tinha passadu im Onda Verdi...pá chamá a pulícia lá pa vim
 i::...mais ::daí eli foi pra lá i...foi cheganu aqueli pessuau::aqueli monti di
 gENTI...eu num::pensava muito qui eu era criança mais sei lá fica assustada
 i::...num tava nem intendendu aquilu muito qui sei lá num::nu::pensava
 né...sabia qui tinha muRRIdu qui::...i e/ fiquei muito assustada porque
 u::motorista ele ficô mui/eli ficô muito apavoradu ele começô a currê na
 estrada eli fico mei locu i curria pá frente pá trais i gritava...achu qui::sei lá
 (eli) aí u povu cumeçô corrê também um pocu porque::...sinão ia complicá
 eli né i eli tava danu carona foi um favor qui eli tava fazenu né...prá num
 condená ele porque num podia carregá aqueli tantu di genti im cima du
 caminhão u::caminhão chei di genti aí até qui eli::tamém caiu na bera da
 estrada i dismaiô...aí eu::...sei lá eu cabe::aí chegô meus parenti mi truxeru
 pá trais eu nem num::...num tava nem intendenu aquilu tu/muito intão...()
 vam dizê qui é apavorada qui fiquei::eu::

São ocorrências de TN encontradas nessa narrativa:

(1) aí tinha qui vim cum o leiteru u leiteru qui fazia linha lá...(linha 3)

Observa-se que *o leiteru* é um TN pois, após ser introduzido no discurso, ocorre subsequente como TD *o leiteru*, criando-se assim uma cadeia tópica. Para manter essa cadeia tópica o falante usa ainda, como estratégia, a referência anafórica, estabelecida pelo termo que especifica a classe à qual o TD pertence, *u motorista* e, na sequência, o pronome anafórico *ele*.

Observa-se em (2):

(2) qui::a::...moça morava né (linha 5)

que o sintagma nominal *moça* é um TN pois o falante narra fatos ocorridos com *a moça que chamava Maria Helena* e a referência anafórica é estabelecida pelo pronome pessoal *ela*, mantendo, assim, a cadeia tópica da narrativa.

Em (3):

(3)...povu pidinu carona né (linha 7)

o sintagma nominal *povu* é reestabelecido como o TD *bastanti homi*, e a seguir, como a referência anafórica *u pessuau qui tava im cima já pulô* e ainda como anáfora zero em *i pegava ela começar a chacualhá*.

Em (4):

(4) u fazenderu qui pricisava vim prá cá (linha 9)

o termo *fazendero* é um TN pois, na cadeia tópica, esse referente é retomado como TD com o termo que especifica a classe a que pertence *u homi* e a seguir pelo pronome anafórico *ele*.

Em (5):

(5): u caminhãu::velhu u si agen/eu u ela relô na maçaneta da porta...

(linha 16)

o sintagma nominal *u caminhãu* é um TN pois é retomado como TD em *u caminhãu lá tava cabanu di passá im cima dela...* e na sequência narrativa como *u:: caminhãu chei di genti*.

Em (6):

(6)...inclusivi u pai dela tava nu caminhãu (linha 22)

o sintagma nominal *u pai dela*, depois de introduzido, é, também, retomado como TD por meio do pronome anafórico *ele*, permanecendo, no discurso, por algum tempo.

Em (7):

(7)...uma pessoa qui morava lá pertu qui era pertu dum sítu i:: quiria levá ela (linha 23)

o sintagma nominal *uma pessoa* é TN, pois introduz uma entidade nova no discurso e permanece na cadeia tópica, como pronome anafórico *eli*, por algum tempo.

Por outro lado, deve-se observar que alguns sintagmas nominais (SN), embora introduzam uma informação nova no discurso, não podem ser TNs, pois não permanecem na continuidade tópica do texto. (8) e (9) exemplificam esse fato, já que são SNs que apresentam entidade nova, mas não são TNs, visto que não permanecem no decorrer do discurso. Observa-se ainda que, apesar de as ocorrências serem apresentadas com as mesmas estratégias de introdução de TN - verbos apresentacionais e primeiro argumento em posição final de oração - a elas não pode ser atribuída a função pragmática de TN. As ocorrências (8) e (9) exemplificam ainda o que Hannay (1991) considera como



uma das subcategorias de Foco, pois, para o autor, a introdução destas novas entidades discursivas são a finalidade da mensagem e não o seu começo.

(8) começou a chacualhá mais começo saí sangue pu nariz::pa boca...

(linha 21)

(9) ...foi cheganu aquele pessuau::aqueli monti di gENTI...eu num::pensava muito qui eu era criança mais sei lá fica assustada i::...num tava nem intendendu aquilu muito sei lá num:: (linha 27)

Exposta a noção de TN da qual trataremos, deve-se ressaltar que os resultados da tabulação dos dados mostram um total de 242 ocorrências de TN, nas 50 narrativas investigadas. Desse total, 122 ocorrências são de TN indefinidos (50,4%) e 120 de TN definidos (49,6%), conforme Figura 1.

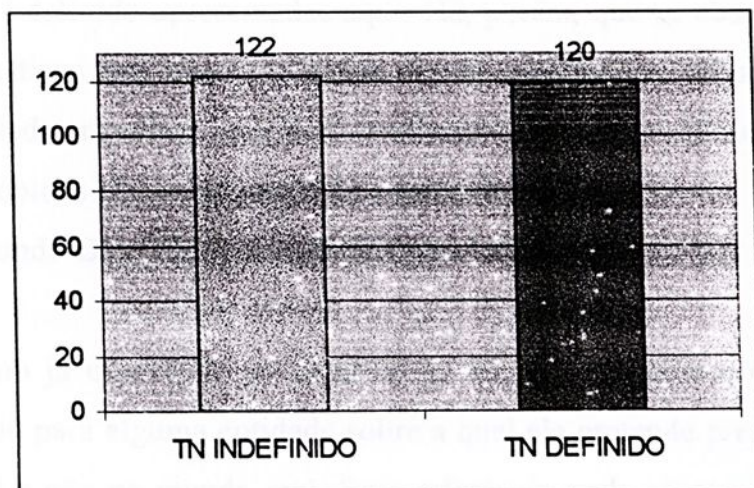


Figura 1: Definitude do TN

Como se observa há um equilíbrio entre a frequência dos dois tipos de TN, o que, em princípio, contraria o que é postulado na literatura corrente. Neste capítulo, são

apresentadas a descrição e a análise dos resultados obtidos de acordo com cada grupo de fator investigado. Os TNs indefinidos são aqui tratados para mostrar as propriedades que confirmam a teoria dikiana, comparando-os com as do TN definido, objeto do nosso interesse, conforme a proposta e as hipóteses apresentadas inicialmente.

1. Definitude

Para Dik (1989), o TN é considerado, em princípio, como *não identificável* pelo ouvinte. Por essa razão, os TNs são geralmente termos indefinidos. Embora seja essa a noção mais corrente sobre o TN, Dik reconhece que TN e identificável (definido) não se excluem necessariamente, porque, nesse caso, o falante deseja introduzir uma entidade no discurso que considera identificável para o ouvinte, confiando nas informações que supõe sejam disponíveis ao ouvinte no momento da interação. O efeito que a introdução do TN definido provoca no ouvinte deve ser entendido como: “Estou introduzindo uma entidade que, embora seja nova nesse momento no discurso, é bem conhecida por você”. Isso pode tomar a forma de um “lembrete” para o ouvinte e esse é o valor comunicativo típico das construções de TN definido apresentadas aqui. Há, porém, que se observar os diferentes fenômenos pragmáticos que motivam o uso dessas construções definidas no português falado, já que os dados mostram uma forte tendência (49,5% do total de ocorrências) para a introdução de Tópicos Novos por meio de termos definidos.

Segundo Dik (1989), a definitude pode ser explicada por meio da **teoria da referência**.

Como já observado no capítulo II, ao usar um termo, o falante pretende guiar o destinatário para alguma entidade sobre a qual ele pretende predicar alguma coisa no mundo mental e não no mundo real. Essa referência pode ocorrer de duas maneiras: como referência construtora ou como referência identificadora. A *referência construtora* ocorre quando o falante auxilia o ouvinte a construir o referente por meio do termo e essa referência é, caracteristicamente (50,4%), obtida com o uso de termos indefinidos como em (10) e (11).

(10) aí tinha um bar lá tinha uma senhora que era dona do bar não sei como ela chamava...e era a bendita mulher que era u::: o estopim da encrenca que brigava ela brigava muito com eli (12 B1-d(2))

(11) essa via tava com...tinha uma certa curva né? Nu sintidu qui a genti tava vinu di lá pra cá...era uma curva eh...à esquerda certu?...era uma curva à direita...intâu nóis (13 A2-n)

A *referência identificadora*, por outro lado, ocorre quando o falante encaminha o ouvinte para identificar o referente que supostamente já esteja, de algum modo, disponível para ele (ouvinte). Essa referência é obtida por meio de termos definidos, como (1), citado anteriormente, e (12).

(1) a gente tinha qui v'imhora i::: lá num passava ônibus aí tinha qui vim com o leiteru o leiteru qui fazia linha lá...aí quandu foi dia vinti quatu e eu...peguei carona cu leiteru pá v'imhora quandu chegô nu sítu (1 A1-n(4))

(12) qundu ela viu qui u casu não era para ela mandô chamá meu médicu qui na época era u dotor Paulo Carneiru esse médicu fazia pocu tempu que tinha vindu pra essa cidadi... (11 B1-d(2))

Tanto em (1) quanto em (12), o falante pressupõe que o referente por ele pretendido esteja disponível para o ouvinte. Em (1), o referente *o leiteru* é considerado disponível com base na informação pragmática de longo prazo, de que na zona rural há sempre um caminhão que recolhe o leite das propriedades para levá-lo ao laticínio da cidade mais próxima. Em (12), a pressuposição de que “toda pessoa tem um médico para

cuidar dela” dá subsídios para o falante empregar o sintagma *médico* como um termo definido.

Para Galmiche (1989), exemplos como (1) e (12) mostram que os modificadores, nesses casos, as orações relativas, contribuem para criar a heterogeneidade de um elemento no centro do conjunto quando a referência ao sintagma nominal tiver sido insuficiente ou ainda para enriquecer o conjunto. Observa-se que, para o falante, a referência identificadora do TN definido *u leiteru* parece não preencher toda a referência a que ele se propõe e por isso dá continuidade ao seu pensamento, ancorando o TN *u leiteru* na oração adjetiva restritiva *qui fazia linha lá*, completando, assim, a identificação da referência de *u leiteru*. O mesmo acontece com o TN definido *meu medicu*, em (12), quando o falante ancora o TN na oração adjetiva restritiva *qui na época era u dotor Paulo Carneiru* e ainda completa com *esse medicu fazia pocu tempu que tinha vindu pra essa cidadi*.

O exemplo (2), já citado, mostra também que o SN definido *moça* aparece ancorado na oração relativa *qui chamava Maria Helena* como forma de o falante reforçar a definitude do TN e reinstalar a referência identificadora do SN: das várias moças às quais ele poderia se referir, a pretendida naquele momento é a que chamava Maria Helena e com quem ocorreu o acidente narrado pelo falante.

- (2) quandu chegô nu sítii::qui ::a::moça morava né qui ela chamava Maria Helena...ela::aí ela também vinha qui pra vinha...pá mesma cidade qui eu qu'ela vinha comprá inxoval...(1 A1-n(4))

Casos como os citados acima ocorrem em 12,5% do *corpus* analisado, demonstrando que o SN pode vir ancorado em uma oração adjetiva permitindo selecionar o elemento do conjunto dos termos referidos e como forma de completar e enriquecer a referência do SN.

2. Tipo de informação

Considerando que os TNs definidos têm referência identificadora, a análise deste fator busca verificar que tipo de informação o falante considera ser compartilhado pelo destinatário que lhe permite usar um termo definido.

Segundo Dik (1989), a identificação do referente pelo destinatário pode ser efetuada: a) com base numa informação pragmática de longo prazo; b) por ter sido introduzido no discurso precedente; c) por estar perceptivelmente disponível na situação e d) pelas inferências deduzidas de qualquer uma das informações anteriores. No *corpus* analisado, observa-se que 44,0% das ocorrências baseiam-se em informação pragmática de longo prazo, 41%, de curto prazo e 15% são inferidas de informação disponível em uma das anteriores.

A Tabela 1 comprova os dados sobre os tipos de informação do TN definido.

Informação	N	%
De longo prazo	53	44,0
De curto prazo	49	41,0
Inferível das anteriores	18	15,0
Total	120	100

Tabela 1: Tipos de informação do TN definido

Os exemplos (4), (13), (14) e (15) ilustram casos em que a informação disponível ao ouvinte é de longo prazo.

Em (4), *u fazenderu* é visto pelo falante como uma informação de longo prazo, que o ouvinte já possui, porque se presume que em toda fazenda haja um dono, o fazendeiro:

(4)... quandu chegô numa fazenda u fazenderu qui precisava vim pra cá também mais eli tava cum pé machucadu i num pudia i na carroceria...

ai:: eli veiu na gabina pá podê cabe (eli) tivi qui i nu colu dela... (1 A1-n (4))

Em (13), também a informação que o falante pressupõe estar de posse do ouvinte é de longo prazo, já que se supõe, por questões culturais, que toda pessoa tenha uma família:

(13) ...depois tevi a família...ficô me ligandu pra eu não deixá a rádiu:::pôr no ar:::pra retirá porque o meninu feiz queixa na polícia (13 B1-d(2))

Em (14), o uso do sintagma nominal *a RÁdiu* é uma informação de longo prazo, visto que o meio de comunicação *rádio* faz parte de nossa cultura:

(14) nissu chegô a RÁdiu também i gravô tudu issu... então foi uma coisa assim::: (13 B1-d (2))

Em (15), entende-se que o falante usa *a minha namorada*, por pressupor que o ouvinte compartilhe com ele a crença de ser natural que um homem adulto tenha uma companheira (namorada, mulher etc.), ou ainda que ela seja a única namorada dele ou a namorada atual. Caso já tivesse outra namorada, provavelmente usaria a forma indefinida *uma namorada minha*:

(15) a ...eu istava em São Paulo visitanu a minha namorada... i quandu:: entrô num periudu di briga lá... tava enchenu a paciência mi deu uma vontadi di voutá pra Riu Pretu... (10 A2 (n))

Em (2), já citado a informação disponível ao ouvinte é de curto prazo. O TN definido a *moça* refere-se a uma informação de curto prazo, pois se supõe que o falante,

antes do início da narrativa, tenha dito ao documentador que o acidente ocorrera com uma moça da fazenda e não com ele próprio:

- (2) quandu chegô nu sítuu::qui ::a::...moça morava né qui ela chamava Maria Helena...ela:: aí ela também vinha qui pra vinha...pá mesma cidade qui eu qu'ela vinha comprá inxoval...(1 A1-n(4))

Em (16), o referente está disponível com base em uma informação perceptível na situação comunicativa:

- (16) bateru pauma eu fui atendê... aconTECi qui a pessoa qui bateu PAUma ela quiria cumida... eu num tinha cumida pra da i então eu ofereci:: sanduichi i ela aceitô... (14 B1-f(2))

observa-se que o TN é a primeira pessoa *eu* e pertence à informação perceptível na situação comunicativa, pois o falante propôs-se a narrar um perigo de vida ocorrido com ele próprio.

Em outros casos, a informação que está disponível ao ouvinte é uma informação que se infere tanto da informação de longo como da de curto prazo, por estar contida na informação anterior. Em (17), observa-se que *a enfermera* é uma entidade que se pode inferir da informação de longo prazo, já que a pessoa conta que sofreu um acidente, perdeu os sentidos e foi levada para o hospital, como também se pode inferir de uma informação de curto prazo, ao se referir, no relato anterior, aos sintagmas *hospital* e *UTI*:

- (17) aí mi levaru pu hospitau...fiquei umas treis patru hora im coma fiquei internada na UTI um dia...mi levaru pu quartu...num sabia ondi eu tava...a enfermera chegô lá tava cu/..perna i u braçu quebradu...a enfermera mi falo qui eu tinha batidu di motu...(5 A1-n(4))

Da mesma maneira, em (18), o falante usa o SN *u mar* para identificação do referente pretendido, baseado numa informação de longo prazo, conhecimento da existência de mar, uma categoria em que há apenas um referente, e de curto prazo, porque é inferido no contexto antecedente por meio dos sintagmas *praia de Santos* e *praias do Guarujá*:

(18) possu... ih... foi u siguinti: eu istava passanu as férias im Santus né?

Na praia im Santus... nu :: nu :: nu:: Guarujá nas praias do Guarujá i
lá u mar é muito pirigosu... aquelas ondas e nos:mês nau sei si você
já conheci lá é pirigosu... (9 A2-n)

3. Marcas da definitude

Como já observado, este fator tem por objetivo verificar quais operadores marcam os termos definidos.

Dik (1989) estabelece uma distinção nítida entre elementos lexicais e elementos gramaticais na estrutura das expressões lingüísticas. Enquanto os elementos lexicais estão contidos nos predicados básicos, os gramaticais refletem vários operadores e funções aplicáveis a estruturas subjacentes em diferentes níveis. Sabe-se que, juntos, operadores e funções, definem o arcabouço gramatical no interior do qual predicados lexicais podem combinar-se em expressões lingüísticas.

Dentre os vários tipos de operadores que Dik (1989) reconhece, os operadores de termo estendem sua influência no termo todo sobre o qual operam. Assim, em (19):

(19) atrais da motu...aí eu caí eu levei um sustu tão grandi qui eu até
dismaiei na hora...aí veio u meu patrão qui deu sorte pra mim...(2 A1-
d(1))

o predicado *patrão* atribui propriedades para a entidade a que se pretende referir com o uso do termo. Mas “definido”, representado pelo artigo, e “meu” definem propriedades do conjunto de entidades referenciadas.

O TN **indefinido** manifesta-se, geralmente, por meio dos operadores de termo, como o artigo indefinido (73%) ou como pronome indefinido (6,6%), mas pode ocorrer sem operadores de indefinitude como em (18,8%) dos casos observados. Os exemplos abaixo ilustram esses casos, demonstrando que o falante constrói a referência pretendida. Em (20), observa-se o TN indefinido precedido por artigo, como acontece na maior parte das ocorrências analisadas:

- (20) “poxa se de repente surgiu uma Vaca...um Boi..qualquer coisa na/nossa rodovia... come qui vai ficá”...aí...u pessoal acho que eu era muito doida tê sugeridu issu...(14 A2-n(5))

Em (21), ocorre um exemplo de TN precedido por pronome indefinido:

- (21) i depois chegô outro rapais qui vinha vino di carru atrais mi acho eu dentru du carru aí correu busco a pulícia aí cortaru lá pra mi tirá di dentru du carru (10 B1-d(2))

Em (22), o TN indefinido *coco* ocorre sem qualquer operador de termo. Nota-se que esse constituinte é retomado como Tópico Dado *aquelas castanha*, por meio de pronome anafórico *ela* e ainda permanece na cadeia tópica como anáfora zero em *ia sempri buscá*:

- (22) nós fomu catá côcu nu sitiu...aquelas castanha qui depois di sequinha ce quebra ela i tem uma castainha dentru intão a genti ia sempri buscá...geraumentí dia di chuva cai muito dissu ela cai sozinha né qui

us pés são autus qui teim qui isperá uma oportunidade pá pegá ...as castanha...(23 b1-N(6))

O numeral, embora opere numa determinação numérica definida, como ocorre em 2,6% dos casos, é usado com valor de indefinido como se observa na expressão *chegaram treis cara*. Note, em (23), que o falante, embora use um termo definido, não está identificando o referente pretendido e sim construindo a referência para o ouvinte:

(23)... eu fui lá fora i isso chegaram treis cara... i:: nu qui eu vi treis caras eu::... procurei um pedaçu di pau qualqué.. (2 A1-n (4))

Dentre as marcas que assinalam os operadores de termo do TN **definido**, observam-se o artigo definido, os pronomes possessivos, os pessoais, os demonstrativos, além de nomes próprios, que são, por si mesmos, definidos. A Tabela 2 demonstra os resultados da análise.

Marcas	N	%
Artigo definido	82	68,4
Pron. Possessivo	22	18,4
Pron. Pessoal	11	9,1
Pron. Demonstrativo	3	2,4
Nome Próprio	2	1,7
Total	120	100

Tabela 2: Marcas da definitude

Como se observa, o TN definido se manifesta, geralmente (68,4%), por meio do **artigo definido** *o*, com algumas variações. A ocorrência (4), já citada, mostra o TN definido *u fazenderu* antecedido, apenas, de artigo definido:

- (4)... quando chegô na outra fazenda u fazenderu qui precisava vim pra cá também mais eli tava cum pé machucadu i num pudia i na carroceria... ai:: eli veiu na gabina pá podê cabe (eli) tivi qui i nu colu dela... (1 A1-n (4))

Percebe-se que o falante usa a referência identificadora *u fazenderu* motivado pela expressão anterior *quando chegô na outra fazenda*, supondo que o ouvinte compartilhe com ele o conhecimento de que toda fazenda tem um dono, o fazendeiro. Além disso, a expressão *u fazenderu* está ancorada na oração relativa *qui precisava vim pra cá também* como forma de completar a identificação pretendida.

Em (17), já citado, o TN *a enfermera* é um exemplo de SN potencialmente indefinido sendo usado como definido. Pode-se entender que esse SN deveria ser introduzido como *uma enfermera* já que o termo representa um referente de uma classe: as enfermeiras do hospital. O falante, no entanto, usa o TN como definido pressupondo que o ouvinte saiba que foi uma determinada enfermeira que o auxiliou naquele momento:

- (17) num sabia onde eu tava...a enfermera chegô lá tava cu/...perna i u braçu quebradu...a enfermera mi falô qui eu tinha batidu di motu ...sofridu um acidenti feiu...(5 A1-n(4))

O TN definido pode, também, ocorrer (19,9% dos casos) antecedido de **artigo** e seguido de uma **expressão que especifica** o TN e o define. Em (24), o falante supõe que o ouvinte consegue identificar o médico, por se tratar do médico *da firma* em que ele trabalha. O modificador constitui uma informação subsequente que auxilia a identificação do referente:

- (24) eu... chegu nu medicu da firma... num quiria deixa eu trabaiá dissi qu' eu num tava boum ainda...(21 B1-n (6))

Já em (19), citado anteriormente, ocorre um caso de uso do **artigo definido** seguido do **pronome possessivo**:

(19) atraís da motu...aí eu caí eu levei um sustu grandi qui eu até dismaiei
na hora...aí veio u meu patrão qui deu sorte pra mim...(2 A1-d(1))

(25), por outro lado, apresenta um caso em que o SN é antecedido apenas de **artigo definido**, embora esteja implícita a idéia de posse. Percebe-se que, para o falante, o ouvinte é capaz de identificar o referente de *a mulher* como sua (do falante).

(25) cumbinei eu seu Ulissi u :::pedreru qui trabaia aqui pra gente buscá
uma telha né...intão aí eu ia levá a mulher nu serviçu...(3 A1-n(4))

A definitude pode ser marcada, como mostra a Tabela 2, por **pronome possessivo** em 18,4% dos casos. Em (26), o SN *minha mulher* é antecedido apenas de pronome possessivo:

(26) ...minha mulher tava na hospitau... ruim... pá ganhá nenê... i eu::... vim
com u carru na cidade... cheguei na casa da minha mãi a:: a minha mãe
quis vim vê a minha:: a minha mulher né...(22 B1-n(6))

O TN pode ser introduzido, também, por pronome pessoal, embora com menor frequência (9,1%). No exemplo (16), repetido aqui, o **pronome pessoal** *eu* é empregado como TN definido, pois os textos constituem narrativas pessoais sobre um perigo de vida e supõe-se que o entrevistador tenha iniciado a conversação com a forma: “Você já passou por um perigo de vida?”.

- (16) bateru pauma eu fui atendê... aconTECi qui a pessoa qui bateu PAUma
ela quiria cumida... eu num tinha cumida pra da i então eu ofereci:::
sanduichi i ela aceito... (14 B1-f (2))

Os dados revelam ainda que a definitude do TN pode ser efetuada por **pronomes demonstrativos** em apenas 2,4% dos casos. Dik (1989) considera apropriado tratar os demonstrativos como operadores de termo, já que eles se aplicam a todo o conjunto de referentes pretendidos e não a partes individuais do conjunto. Termos definidos são usados como convite para identificar referentes apropriados. Os demonstrativos, que podem ser interpretados como indicadores de onde procurar esses referentes, têm, como propriedade geral ser, intrinsecamente definidos. Em (27), o pronome demonstrativo *aquela* marca o TN *ventania*:

- (27) meis di agostu cum aquela ventania u fogu...vinha cuma certa
velocidade...meu pai intäu...qui qu'eli pri/ antis di saí...eli tiro a água
du poçu...jogô im vouta da casa (...) a genti olhava pru céu...naquela
ventania u ventu levava dum lado pru otru...(24 B2-n(7))

O TN definido pode ainda ser introduzido por **nomes próprios** antecédidos ou não pelo artigo, em apenas 1,7% das ocorrências. Como já citado, para Chafe (1976) e Dik (1989), nomes próprios são, por sua própria natureza, definidos, já que especificam um referente particular. Em português, nomes próprios podem vir antecédidos do artigo, como ocorre em (28), em que o termo *Marquinho* está antecedido pelo artigo *u*, e denota familiaridade:

- (28) ali qui eu tava aprendenu... dirigi motu... u Marquinho falô vamu mãi
aprendê né... (3 A1-d (1))



4. Genericidade

Termos definidos e indefinidos podem ser usados também, no português falado, de dois modos diferentes: como específicos e como genéricos. Para Dik (1989) *termos específicos* são aqueles em que o referente pretendido é uma ocorrência particular do conjunto designado pelo termo. *Termos genéricos*, por outro lado, são aqueles em que o referente pretendido é qualquer ocorrência do termo designado pelo referente. Os exemplos que ilustram a genericidade são respectivamente (7) e (3), repetidos aqui.

A análise dos dados em relação às ocorrências de **TN indefinido** mostra que há maior ocorrência de indefinido específico (84,5%) do que de indefinido genérico (15,5%).

Em (7), o referente pretendido *pessoa* é considerado uma ocorrência particular, portanto específica, por estar ancorado numa oração adjetiva que especifica esse termo do conjunto designado por ele:

(7)...aí incostu um ::... uma pessoa qui morava lá pertu qui era pertu dum sitiu i queria levá ela mais u pai dela falo qui num adiantava aí mando eli pedi::só i::na cidadinha qui a genti tinha passadu im Onda Verdi...pá chamá a pulícia...(1 A1-n(4))

Já em (3), o referente pretendido *povu* é qualquer ocorrência arbitrária do conjunto designado pelo termo:

(3)... i foi cada fazenda qui passava ia::... povo pidinu carona né i :: tava nóis duas só na gabini im cima já tinha bastanti homi...quandu chegô numa outra fazenda...(1 A1-n(4))

Já a análise da **genericidade do TN definido** demonstra que 100% das ocorrências são de TNs definidos específicos. Isso pode ser constatado pela especificidade dos termos definidos usados nas narrativas pessoais. O falante, ao narrar fatos sobre perigos de vida, usa termos definidos específicos como forma de o ouvinte identificar o referente que ele pretende introduzir, como se observa no uso do TN *a enfermera* em (17), já citado:

(17).num sabia onde eu tava...a enfermera chegô lá tava cu/...perna i u braçu quebradu... a enfermera mi falo qui eu tinha batidu di motu ...sofridu um acidenti feiu...(5 A1-n(4))

5. Estratégias de introdução do TN

Como já explicitado anteriormente, Dik (1989) apresenta quatro estratégias de introdução de TN: uso de uma expressão metalingüística explícita, utilização da posição de objeto (ou de segundo argumento), posição de primeiro argumento (ou da posição de sujeito), uso de construções existenciais (ou locativo-existenciais) e de predicados que indicam aparecimento em cena.

Com relação à posição de primeiro argumento, o português apresenta uma peculiaridade, ou seja, os predicados que indicam aparecimento em cena apresentam o argumento na posição de sujeito, diferentemente de outras línguas, que se caracterizam por colocar nessa posição elementos postíços, como pronomes ou advérbios expletivos. Desse modo, em português, a posição de primeiro argumento é sempre a de sujeito, que inclui tanto as construções existenciais e as apresentacionais quanto as que não se caracterizam como tal.

Em relação às **estratégias de introdução de TN indefinido**, a posição de primeiro argumento é a mais usada com 57,3% do total das ocorrências, estando aí incluídas as construções apresentacionais, que ocorrem em 27,8% dos casos, as

existenciais, em 11,5% e as que não se caracterizam como qualquer uma delas, em 18%. As ocorrências (29), (10) repetida aqui e (30) exemplificam cada caso respectivamente:

(29) pra:: ele qu'eli num fizessi nada...aí quando apareceu...um:: ca/cara num sei da ondi também...qui:: viu aquilu...i::mi ajudo certu... (2 A1-n(4))

(10) aí tinha um bar lá tinha uma senhora que era dona do bar não sei como ela chamava...e era a bendita mulher que era u::: o estopim da encrenca que brigava ela brigava muito com eli (12 B1-d(2))

(30) nissu ia passandu uma rótu né:::i a rótu imtãu qui:::foi vê u qui tinha acontecido u qui tava acontecendu...i eu contei u qui tinha acontecido...(14 B1-d (2))

Com relação à posição de segundo argumento do TN indefinido, como já observado, foram aqui considerados os argumentos objeto direto e objeto indireto, já que não houve ocorrências com complemento adverbial. A posição de segundo argumento abriga 28,7% das ocorrências de TN encontradas no *corpus*, conforme se verifica em (31) e (32):

(31) aconteceu cumigu...algum TEMpu atrais quandu eu tinha um carru di praça...um carru di aluguel um táxi eh::uma noiti...quandu eu istava trabalhandu...eh::fui abordadu na rua não nu pontu pur dois passageiru discu...discunhecidu... (1 A1-d(4))



(32)...u caminhão carregadu...a noiti vinha só/...sozinho na pista...de
repenti...sem moti/ trombei com outro caminhão ...qui vinha vinu au
contrariu di mim...(17 B1-n(6))

Diferentemente do que consta na literatura corrente, foram encontradas dez ocorrências de TN indefinido, na função de satélite, conforme exemplificado em (33):

(33) local pra trabalhá numa fazenda...ái dum amigo meu qui
u:::'diministrador da fazenda era muito amigo dele chama-se
Matusalém...ái fui trabalha sim quela fazenda chegandu lá u::: (12 B1-
d(2))

Curiosamente, observa-se que a estratégia menos utilizada (5,7%) pelos falantes para introdução de TN indefinido é a declaração metalingüística, exemplificada em (34). Esse fato nos induz a concluir que não há grande preocupação por parte dos falantes em preparar o ouvinte para o tópico a ser tratado. Talvez porque o Tópico já tenha sido apresentado pelo documentador no início da entrevista:

(34)... eu passu a relatá agora... umas das situações im qui vivi...uma
situação di:: riscu di vida... (18 B2-d(3))

Quanto à **estratégia de introdução de TN definido**, a de maior ocorrência é, também, a da posição de primeiro argumento, que inclui aqui tanto os casos de construções apresentacionais e existenciais quanto os de construções que não se referem a nenhum desses dois tipos. Em nossos dados, o TN definido na posição de primeiro argumento totalizou 54,2% das 65 ocorrências, sendo 11,7% (14) com verbos apresentacionais e 42,5% (51) com as que não se caracterizam nem como construções apresentacionais nem como existenciais. A ocorrência (14) demonstra a estratégia de

introdução do TN definido por meio de verbo apresentacional e a (35) ilustra um caso de construção que não se caracteriza como as citadas:

(14) aí Elis ficaram todo preocupadu i nissu chegô a Radiu assustada i gravô tudu issu...intão foi uma coisa assim:: (13 B1d(2))

(35) elis tratava eu bem... a mulher dele a Dona::*Iraci*::ela tratava a genti bem:: e tratava eu igualmente tratava os filho dela eu fui pegandu aquele amor::*pur* aquelas pessoa (12 B1-(2))

O TN definido, como primeiro argumento, ocorre anteposto ao verbo, conforme se observa em (35). Nesse caso, nota-se que o Tema *a mulher dele a Dona ::Iraci* é retomado pelo Tópico Novo *ela* em posição inicial da oração com função de sujeito. Esse é um dos casos em que o TN pode ocorrer como um pronome pessoal.

Vale observar que não houve ocorrências de TN definido introduzido por construção existencial. Isso só ocorre com o TN indefinido.

A tabela 3 apresenta os dados referentes às estratégias de introdução do TN definido:

Estratégias	N	%
Posição 1º argumento	65	54,2
Posição 2º argumento	37	30,8
Satélite	11	9,2
Decl. Metalingüística	7	5,8
Total	120	100

Tabela 3: Estratégias de Introdução do TN definido

Quanto à estratégia de introdução do TN definido na posição de segundo argumento, os dados mostram que 30,8% dos casos investigados ocorrem nessa posição.

Incluem, nesse caso, os argumentos objeto direto, objeto indireto e complemento adverbial, conforme podem ser observados, respectivamente, nos exemplos (24), já citado, (36) e (37):

(24) cumbinei eu seu Ulissi u :::pedreru qui trabaia aqui pra gente buscá
uma telha né...intão aí eu ia levá a mulher nu serviçu...(3 A1-n(4))

(36) aí eu da minha casa liguei pra poLícia e cheguei lá no postu junto com
a polícia ...i eu fiquei muito preocupada porque :::eu não vi o qui tinha
acontecido (13 B1-d(2))

(37) e uma noiti eu fugi...fugi e fui embora para a casa de um tiu
meu...chegandu lá no meu tiu eles me receberam bem... mas com o
passar do tempu...foi ficandu difícil para Elis:::ter que que sustentar eu
também ali...(12 B1-d(2))

O TN definido, assim como o indefinido, pode ser introduzido na posição de satélite. Essa estratégia ocorre em 9,2% (11) do total das ocorrências analisadas, conforme se observa em (38):

(38) levei aquele tremendu daquele impactu cum a família... falei pu pessual
sigurá eu... logu mi veiu nessi sintidu...já joguei o carru pu ladu du
acostamentu...falei pu pessual sigurá mais rapidamenti...i consigui
contolá u veículu sem brecá né? (...) dei uma parada né? Pá si aliviá
um pocu aquela tensão a família tudu né?...os filhus já (...) as crianças
ficaram eh...assustada...minha mulher tamém...(11 A2-n)

Outra estratégia de introdução do TN definido é por meio de declaração metalingüística explícita que ocorre em apenas 5,8% dos casos, como se observa em (39a-



b) e (40). Para introduzir TN definido, o falante, algumas vezes, não se preocupa em usar uma expressão metalingüística explícita e o faz por meio de outras expressões.

A narrativa (22 B1-n(6)) é um caso interessante, pois o falante, na verdade, relata três fatos. Pôde-se depreender que, antes de iniciar seu relato, ele já havia preparado o documentador de que trataria de três histórias: a do acidente de carro, a do afogamento e o caso da doença dele. Assim, inicia a primeira narrativa, a do acidente de carro, sem que haja uma expressão metalingüística explícita *qu'eu ganhei um::carru...né...foi du::meu cunhadu...* Terminada essa narrativa, introduz a segunda, utilizando-se da expressão metalingüística *i agora du adogamentu*, conforme mostra (39a). Tendo encerrada a segunda história, inicia a terceira, preparando o documentador com a expressão: *depois ::u casu da minha duença*, como exemplificada em (39b).

Em (39a), o termo *agora* é um marcador discursivo que assinala a mudança de Tópico, do acidente de carro para o do afogamento:

(39)a... i agora du adogamentu... eu caí na represa... (22 B1-n (6))

(39)b i depois a:: u casu da minha duença... é porque meus fiu achava qu'eu num ia vivê (22 B1-n (6))

Em (39b), é o termo *depois* que assinala a mudança de Tópico *du adogamentu* para *u casu da minha duença*. Tanto em (39a) como em (39b), percebe-se a preocupação por parte do falante em preparar o ouvinte para o Tópico a ser tratado, pressupondo ter havido uma referência a eles antes do início do relato desses fatos.

No exemplo (40), observa-se o uso da expressão *o caso* que ocorre também como forma de iniciar as narrativas. O entrevistador solicita ao entrevistado que narre algum fato em que passou por um perigo de vida. O falante, então, usa a expressão *viu u caso foi assi*. A narrativa é, portanto, uma resposta a um estímulo anterior e tem como finalidade estabelecer um ponto de interesse pessoal. É uma referência usada numa

remissão endofórica, para atender à solicitação do entrevistador e tornar o perigo mais vivido e real, demonstrando que certamente esteve em perigo:

- (40) viu o caso foi assi (eu tava... eu vim da:::... eu vi di lá de...) eu peguei u carru im casa... i vim trazê minhas minina na iscola (10 B1-d (2))

6. Função sintática

Como já observado, a inclusão do fator função sintática tem por objetivo verificar se o TN relaciona-se mais estritamente a alguma função sintática, especialmente à função sujeito, conforme consta na literatura corrente. Nossos dados revelam, quanto à **função sintática do TN indefinido**, que o maior número de casos (54,8%) ocorre na função de sujeito, conforme exemplificado em (7), citado anteriormente, e (41), o que comprova as afirmações correntes na literatura:

- (7)...aí incostu um ::... uma pessoa qui morava lá pertu qui era pertu dum sitiu i queria levá ela mais u pai dela falô qui num adiantava aí mandô eli pedi::só i::na cidadinha qui a genti tinha passadu im Onda Verdi...pá chamá a pulícia...(1 A1-n(4))

- (41) bem EU não me mais:::...um ex-funcionário MEU tevi um CAsu num postu que eu tinha ...e::: teve uma briga cum uma turminha lá era uma turminha assim::: (13 B1-d(2))

Os TNs indefinidos na função de objeto direto perfazem 28,6% dos casos, conforme exemplifica (42), sendo que o objeto indireto (1,6%), ocorre em, apenas, dois casos, como (32), já citado:

(42)...eu descobri que eu tinha um tuMOR né...que tava pressionando a medula...pressionando a meDUla...pegando o pulMÃO...outras coisas (15 A2-n(5))

(32)...u caminhão carregadu...a noiti vinha só/...sozinho na pista...de repenti...sem moti/ trombei cum outro caminhão ...qui vinha vinu au contrariu di mim...(17 B1-n(6))

Além dessas funções, o *corpus* revelou ocorrências de TN indefinido na função de adjuntos adverbiais (8,2%) e de predicativo (6,8%), conforme exemplificadas respectivamente em (43) e (44). Deve-se ressaltar que casos desses tipos não se encontram registrados na literatura corrente:

(43) ...aos nove anos mudei-me para Birigui...chegandu lá nesta cidade meu pai veiu a falecer...e minha mãe passanu por situações difícil resolveu internar nós nuns num:::um orfanatu di menor...eu e meu irmão mais novo...aí a gente pegou ali era muito difícil da vida dentru daquele orfanatu...o pessoal judiava da gente batia punha de castigo tratava mal:::....alimentava mal::: e eu fui colocando na mente que era hora de fugir daquela local (12 B1- d(2))

Observa-se, em (43), que o adjunto adverbial *num orfanato di menor* é um TN, pois permanece na cadeia tópica. Na sequência do texto, fatos ocorridos no orfanato são mencionados pelo falante, dando continuidade à narrativa. Nota-se que o adjunto adverbial *ali* retoma *orfanatu di menor*, assim como as expressões *daquele orfanatu* e *daquele local*.

Em (44):

- (44) eu tava trabalhandu eu cheguei im casa...i::eu tava cum muita dor di cabeça ...i:: meu pai fazia aniversário naquela dia...(7 A1-n(4))

a expressão *cum muita dor de cabeça* indica um estado, tendo, portanto, a função sintática de predicativo do sujeito e por permanecer na cadeia tópica tem a função pragmática de TN. Esse Tópico é retomado várias vezes na seqüência da narrativa, como o Tópico Dado em *cheguei na escola a dor di cabeça foi aumentandu* ou mesmo em *qui eu tivesse alguma coisa ruim na cabeça porque a dor cuntinuava* e ainda em *...intãu eu peguei ai qua quela dor di cabeça eu voutei*.

A análise da **função sintática do TN definido** demonstrou acentuada presença desse constituinte na função de sujeito (60%), conforme se observa em (17) e (19), já citados:

- (17) num sabia onde eu tava...a enfermera chegô lá tava cu/...perna i u braçu quebradu...a enfermera mi falô qui eu tinha batidu di motu ...sofridu um acidenti feiu...(5 A1-n(4))

- (19) atrais da motu... aí eu caí eu levei um sustu tão grandi qui eu até desmaiei na hora... aí veio u meu patrão qui deu sorte pra mim... (2 A1-d (1))

A tabela 4 resume os dados dessa análise:

Função sintática	N	%
Sujeito	72	60,0
Objeto	25	20,8
Oblíquo	12	10,0
Adjunto adverbial	11	9,2
Total	120	100

Tabela 4: **Função sintática do TN definido**

Outras funções sintáticas, além da de sujeito, foram observadas nas ocorrências de TNs definidos, como a de objeto direto com 20,8%, a de oblíquo - que inclui o objeto indireto com 1,6% e a de complemento adverbial com 8,4% - e a outra função sintática, identificada nas construções de TN definido, é a de adjunto adverbial com 9,2% dos casos investigados. (15) já citado, (45) e (24), também já citado, exemplificam cada caso:

(15) a ...eu istava em São Paulo visitanu a minha namorada... i quandu::
entro num periudu di briga lá... tava enchenu a paciência mi deu uma
vontadi di voutá pra Riu Pretu... (10 A2 (n))

(45) ilustra o TN definido na função de oblíquo. Observa-se que o termo *di água* é retomado na seqüência narrativa em *fileti di água* e *uma água cuma velocidade incrível*:

(45) mas comu é área di drenagem...aquilu rapidamenti cumeçô a enchê di água...i u ambienti que nós estávamus...corria apenas um fileti di água...i de repenti ...virô um mar::...houve uma inundação...uma água cuma velocidade incrível... (17 B2-d(3))

Na ocorrência (24), a expressão *nu medicu da firma* é complemento adverbial do verbo *chegar* que indica movimento:

(24) ...vortei a trabaiá...mais::...eu::...chegu nu medicu da firma num quiria
dexá eu trabalhá dissu qu'eu num tava boum ainda...aí mandô faz us
ixami di novu...(21 B1-n(6))

Além dessas funções sintáticas, foram encontrados TNs definidos como adjunto adverbial, ocorrendo em 9,2% dos casos investigados, conforme (38), citada anteriormente:

- (38) levei aquela tremendu daquele impactu cum a família... falei pu pessual sigurá eu... logu mi veiu nessi sintidu...já joguei o carru pu ladu du acostamentu...falei pu pessual sigurá mais rapidamenti...i consigui contolá u veículu sem brecá né? (...) dei uma parada né? Pá si aliviá um pocu aquela tensão a família tudu né?...os filhus já (...) as crianças ficaram eh...assustada...minha mulher tamém...(11 A2-n)

Observa-se que *cum a família* é TN, embora a função sintática de adjunto adverbial não tenha sido mencionada por Dik (1989) para essa função pragmática. Na seqüência da narrativa, o SN *cum a família* é retomado, como Tópico Dado, pela expressão *pu pessoal* e pelos subtópicos *os filhus*, *as crianças* e pelo sintagma *minha mulher*.

7. Forma de manifestação

A análise deste fator tem o propósito de verificar se o TN pode ocorrer em outra forma que não a lexical. As ocorrências revelam que 99% dos casos de TN **indefinido** são lexicais; isso se justifica pelo fato de que, para construir um referente, o falante necessita introduzi-lo por meio de um termo lexical, como se observa em (46):

- (46) estava...pegandu fogu na mata i qui u fogu vinha im direção du nosso ladu...intão chamandu todus us homeins pra tentá apagá u fogu qui vinha...(24 B2-n(7))

Houve, porém, apenas uma ocorrência de TN indefinido na forma pronominal, expressa em (47). Em princípio, parece contraditória a ocorrência de um termo indefinido na forma pronominal. Como se observa, no entanto, trata-se de um partitivo que se manifesta na expressão *um deles*.

- (47) eu tava na casa di uns amigus...i:....quandu um deles...começou brigá cumigo por causa di um garota...aí nós trocamu tapa...(2 A1-n(4))

A forma de manifestação do TN **definido** é também a lexical na sua quase totalidade (90,9%) como se observa em (18), citado anteriormente:

- (18) possu... ih... foi u siguinti: eu istava passanu as férias im Santus né?
Na praia im Santus... nu :: nu :: nu:: Guarujá nas praias do Guarujá i lá u mar é muito pirigosu... aquelas ondas e nos:mês nau sei si você já conheci lá é pirigosu... (9 A2-n)

Houve 9,1% das ocorrências de TN definido na forma pronominal, conforme exemplificado em (16) e (35) já citados:

- (16) bateru pauma eu fui atendê... aconTECi qui a pessoa qui bateu PAUma ela quiria cumida... eu num tinha cumida pra da i então eu ofereci::: sanduichi i ela aceitô... (14 B1-f(2))

- (35) elis tratava eu bem... a mulher dele a Dona:::Iraci:::ela tratava a genti bem::: e tratava eu igualmente tratava os filho dela eu fui pegandu aquele amor:::pur aquelas pessoa (12 B1-(2))

Os dados mostram ainda ocorrências de TN múltiplos, ou seja, são introduzidas duas ou mais entidades ao mesmo tempo. Casos como esses podem ser explicados como coordenação simples de termos. Segundo Dik (1997), termos únicos podem ser coordenados um com o outro, quando são funcionalmente equivalentes. Em (48), a coordenação de termos ocorre com o TN expresso por uma forma pronominal *eu* e duas lexicais *meu namorado* e *mais quatro pessoas*:

(48)... éramos eu... meu namorado... mais... quatro pessoas... i:: pra chegarmos mais cedo... a Rio Preto... nós resolvemos tomá:: uma rodovia antiga... (14 A2-n (5))

8. Posição

A análise deste fator se deve a considerações correntes de que o TN tende a ocorrer como primeiro ou segundo argumento pospostos ao verbo. O objetivo, nesse caso, é verificar a possibilidade de ocorrências de TN em outra posição.

Com relação à **posição do TN indefinido**, os dados comprovam a afirmação corrente na literatura de que o TN se posiciona em final de oração, já que 92,6% das ocorrências aparecem pospostos ao verbo, como mostra (49). No entanto, é possível seu aparecimento em posição pré-verbal, (apenas 7,4%), conforme se observa em (41), repetida aqui:

(49) eu vi pelo retrovisor qui::tava vindu um ônibus..da linha...i:::eu eu não mi lembrou essa parti eu não mi lembrou meu pai i u pessuau qui tava comigu qui conta qui aí u ônibus ia mi ultrapassaSSÁ..i eu perdi u controli da direção i...(16 B2-d(3))

(41) bem EU não me mais:::.....um ex-funcionário MEU tevi um CAsu

num postu que eu tinha ...e::: teve uma briga cum uma turminha lá
era uma turminha assim::: (13 B1-d(2))

Nesse caso, a anteposição se justifica pelo Princípio de Ordenação de constituintes, denominado Princípio de Relevância Pragmática, proposto por Dik (1989:343). Segundo tal princípio, constituintes com funcionalidade pragmática (Tópico Novo, Tópico Dado, Foco Completivo, Foco Contrastivo) são preferencialmente colocados em “posições especiais”, incluindo a posição inicial. O constituinte *um ex-funcionário MEU*, como se pode observar, contrasta duas entidades: *eu*, expresso na oração anterior e *ex-funcionário MEU*. Dessa forma, a necessidade de ressaltar tal contraste obriga a colocação do TN indefinido em posição inicial.

Quanto ao **TN definido**, observa-se, pela Tabela 5, que predomina em posição pós-verbal (59,2%), confirmando os dados da literatura, como mostra (50). Pode ocorrer, no entanto, com porcentagem significativa (40,8%), em posição pré-verbal, conforme demonstra a ocorrência (51):

(50) me senti mau ih::ih::comecei u tratamentu i foi esse trat/ tratamentu
não tinha/ não tinha/ não surtia efeito i u médicu...(29 B2-n(7))

(51) ...aí a genti pegou ali era muito difícil da vida dentru daquele...o
peçoal judiava da gente batia punha de castigo tratava mal::: (12 B1-
d(2))

A Tabela 5 comprova os dados sobre a posição do TN definido:

Posição	N	%
Pós - verbal	71	59,2
Pré – verbal	49	40,8

Total	120	100
-------	-----	-----

Tabela 5: Posição do TN definido

Esse resultado, inicialmente estranho, pode também ser explicado pelo Princípio de Relevância Pragmática. Os constituintes aqui estudados desempenham uma função pragmática especial, a de Tópico Novo, a que já lhe possibilita colocar-se em início de oração.

Além disso, há uma outra razão pragmática, a referência identificadora, já que o falante “ajuda” o ouvinte a identificar o referente pretendido, com base na informação que julga estar disponível para ele no momento da interação verbal. Essas razões pragmáticas motivam os casos de TNs que ocorrem em posição inicial em nosso *corpus*, como exemplificada em (2) e repetida aqui:

- (2) quandu chegô nu sítu::qui ::a::...moça morava né qui ela chamava Maria Helena...ela:: aí ela também vinha qui pra vinha...pá mesma cidade qui eu qu'ela vinha comprá inxoval...(1 A1-n(4))

Há que se observar, em caso como (2), que o TN pré-verbal ocorre na função de sujeito, como argumento de verbo intransitivo, e não como sujeito de construção existencial/apresentacional, como se pode notar na maioria dos casos de sujeitos pospostos. Os exemplos (6), já citado, e (52) apresentam TNs definidos com sujeitos pré-verbais:

- (6) :: pa boca...aí ::u::...inclusivi u pai dela tava nu caminhão falo “num adianta levá ela mais pa lugar nenhum qui::ela já morreu...(1 A1-n(4))

- (52) cheguei, fui pra casa correndu, cheguei im casa bati na porta di casa...quandu minha mãe abriu eu caí sentadu ...i mostri a barriga pá minha mãe...

Já (17), repetida aqui, exemplifica e demonstra que um termo potencialmente indefinido como *infermera* foi usado como definido, em posição pré-verbal de verbo apresentacional:

(17) num sabia onde eu tava...a infermera chegô lá tava cu/...perna i u braçu quebradu...a infermera mi falô qui eu tinha batidu di motu ...sofridu um acidenti feiu...(5 A1-n(4))

As ocorrências demonstram, no entanto, que o TN definido, nas outras funções sintáticas, como na de objeto direto, de objeto indireto, de complemento adverbial, de adjunto adverbial e de predicativo, ocorre em posição final, a posição natural de TN.

9. Escolaridade

A análise do fator **escolaridade** aponta resultados interessantes, como se podem observar na Tabela 6:

TN	Definido		Indefinido	
	N	%	N	%
Escolaridade				
Primária	68	56,6	50	41
Superior	52	43,4	72	59
Total	120	100	122	100

Tabela 6: **Escolaridade**

Observa-se que TN indefinido tem maior ocorrência nos textos de falantes de alta escolaridade, enquanto TNs definidos predominam em narrativas de falantes de escolaridade mais baixa.



Essa constatação nos induz a pensar que falantes mais escolarizados apresentam menor dependência do contexto pragmático do que os menos escolarizados. A narrativa 6 A2-d (1), de um falante de nível superior, ajuda-nos a ilustrar esse fato. Trata-se do relato de um caso de afogamento, ocorrido com a falante, numa piscina, aos doze anos de idade, durante uma reunião de família:

Há onzi anus...quandu eu tinha dozi anus...nós:: comemorávamus uma renião di família...um batizadu di uma prima...nós::istávamus numa chácara...qui tinha uma piscina...uma piscina pra adultus mais a genti tava...ehm::...im crianças né...na parti mais rasa da piscina i brincandu cum bola...i::a bola ia caindu...pra parti mais ::...mais profunda i sem percebê eu fui mi afastandu da parti rasa i mi dirigindu pra parti funda...i::...eu::...dava dava sautus né chegava nu fundu da piscina eu::consigui impulsu até chegá...a margem...até a superfície...eu num conseguia respirá...i::taméim nessi momentu eu comecei ouvi us gritus da minha mãe qui tava du ladu di fora i percebeu qui eu já istava mi afogandu...i::nesse momentu é qui eu já comecei a...a bebê Água i a minha cabeça começô assim ...eh passá por multus pensamentus assim muitas lembranças marcantis assim alguns fatus qui fórum muito importantis na minha vida começarum a sê relembradus assim...num em alguns segundus...i eu percebi qui eu num tinha mais forças i::via meu corpu assim cada veiz mais fraco...i::quandu eu paricia qui assim ia:: durmi...alguma coisa assim ia perde a...u...ia perdê u sentidu eu sinti qui auguém mi tirô da água assim mi levantô du funduu...i eu fui puxada pur outras pessoas...até a margem da...piscina i qui eu pudessi devolvê a água i voltá a respirá

Como se pode observar, a narrativa apresenta, no seu início, orações que orientam o ouvinte em relação à pessoa, à idade, ao acontecimento, ao lugar em que ocorreram os fatos. A organização desse discurso narrativo mostra o encadeamento dos

fatos na mesma ordem em que se deram os acontecimentos reais. As entidades novas são introduzidas por termos indefinidos, como em *uma piscina*, na linha três, e depois passam a ser tratados como termos definidos, conforme na linha quatro, *na parti mais rasa da piscina*, e na linha sete, *nu fundu da piscina*.

Esse cuidado demonstrado pelo falante de escolaridade mais alta é resultado da observância do princípio básico que rege a comunicação humana, o Princípio de Cooperação, conforme Grice (*apud* Dascal 1982:86). Para Grice, os diálogos são cooperativos e cada interlocutor reconhece neles um propósito comum, ou mesmo uma direção mutuamente aceita, que evolui gradativamente. O autor formula um princípio geral que os participantes devem observar: “Faça sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que está engajado”. Segundo esse princípio, quando duas ou mais pessoas se propõem a interagir verbalmente, elas irão cooperar para que a interlocução transcorra adequadamente. O Princípio de Cooperação, para Grice (*apud* Koch, 1992:27), compreende quatro “máximas”:

Máxima da Quantidade: “não diga nem mais nem menos do que o necessário”.

Máxima da Qualidade: “só diga coisas para as quais têm evidência adequada; não diga o que sabe não ser verdadeiro”.

Máxima da Relação (Relevância): “diga somente o que é relevante”.

Máxima do Modo: “seja claro e conciso; e evite a obscuridade, a prolixidade”. Algumas vezes, tais máximas podem aparecer predominando uma sobre as outras.

Pode-se perceber, nessa narrativa, a preocupação da falante em observar a essas quatro máximas.

Por outro lado, a predominância (56,6%) de TN definido, em textos de falantes de nível primário, sugere que eles confiam muito na informação pragmática que supõem dominar o destinatário. É possível depreender isso na narrativa (3 A1-n(4)):

cumbinei cu seu Ulissi u:::pedreru qui trabaia aqui pra genti buscá uma telha né...intão aí eu ia levá a mulher nu serviçu...i descenu lá nu::...jardim Santa Mô::jardim::...Chapeuzinho Vermeio co achu qui sabi aondi é né...daí eu ia descenu um rua iu::carru...i eu ia descenu i u carru ((i o senhor ia descendo du quê?)) di bicicleta eu a muié i meu mulequi...aí a Brasília bateu na trasera da bicicleta aí::...levei uma cambota né...ca bicicleta i tudu i eu fiquei dismaiadu uns cincü minutu...dispois elis mi levaru pru pronto socorru...fizeru curativu...dipois eu fui na delegacia...nu::nu sabadu...i dipois na sigunda fera traveiz na delegacia...aí num virô mai nada...é isso aí

Nota-se que o falante introduz entidades novas como termos definidos, como em *a mulher*, pressupondo que o ouvinte saiba que ele está se referindo a sua própria mulher e, portanto, seja uma informação familiar ao interlocutor. Na seqüência, o TN *a mulher* ocorre como TD *a muié*. Da mesma forma, o termo *u carru* é introduzido pela primeira vez como definido e, assim, continua na seqüência narrativa, como *u carru* e como *a Brasília*.

Como se pode observar, os falantes de baixa escolaridade, diferentemente dos de alta escolaridade, parecem não estar muito preocupados na observância do Princípio de Cooperação. É possível constatar, nessa narrativa, que a Máxima da Quantidade (*não diga nem mais nem menos do que o necessário*) não é observada, uma vez que só pela pergunta do documentador é que ficamos sabendo que o narrador não estava num carro, já introduzido como um termo definido, e sim, numa bicicleta.

Chacon (1998), ao procurar mostrar o papel do ritmo da linguagem e sua ação na escrita, verifica que pressupostos e inferências, de caráter lingüístico ou situacional, caso dos elementos espaço-temporais, motivam o falante a usar uma determinada estrutura sintática em seu discurso. Nesse sentido, os Tópicos variam segundo o papel contextualizador da sintaxe, e esta se altera segundo a situação de produção da narrativa. Logo, o envolvimento entre os interlocutores, o envolvimento do falante com o texto narrado, em que retrata uma vivência pessoal, são fatos relevantes

para a análise dos enunciados. Delimitar a ocorrência dos Tópicos em tais narrativas pressupõe considerar o papel contextualizador da sintaxe, pois o texto é reconfigurado via atitude enunciativa do emissor em função de seu interlocutor.

A abordagem funcionalista adotada no presente trabalho tem como objetivo principal investigar a função pragmática dos Tópicos em narrativas de crianças de 4 a 6 anos, considerando a perspectiva da Teoria da Linguagem e da Teoria da Comunicação. A abordagem funcionalista pressupõe que a linguagem é um sistema de signos que se organiza em torno de uma função comunicativa, a qual é determinada pelo contexto de uso. Nesse sentido, a análise dos enunciados deve considerar a função pragmática dos Tópicos, ou seja, a função que os Tópicos desempenham no contexto de comunicação.

Na introdução do trabalho, estabelece-se como objetivo o estudo da função pragmática dos Tópicos em narrativas de crianças de 4 a 6 anos, considerando a perspectiva da Teoria da Linguagem e da Teoria da Comunicação. A abordagem funcionalista pressupõe que a linguagem é um sistema de signos que se organiza em torno de uma função comunicativa, a qual é determinada pelo contexto de uso. Nesse sentido, a análise dos enunciados deve considerar a função pragmática dos Tópicos, ou seja, a função que os Tópicos desempenham no contexto de comunicação. O presente trabalho tem como objetivo principal investigar a função pragmática dos Tópicos em narrativas de crianças de 4 a 6 anos, considerando a perspectiva da Teoria da Linguagem e da Teoria da Comunicação. A abordagem funcionalista pressupõe que a linguagem é um sistema de signos que se organiza em torno de uma função comunicativa, a qual é determinada pelo contexto de uso. Nesse sentido, a análise dos enunciados deve considerar a função pragmática dos Tópicos, ou seja, a função que os Tópicos desempenham no contexto de comunicação.

Consequentemente, assume-se que, por meio das funções pragmáticas dos Tópicos, as crianças podem estabelecer relações de comunicação com o interlocutor, considerando a perspectiva da Teoria da Linguagem e da Teoria da Comunicação. A abordagem funcionalista pressupõe que a linguagem é um sistema de signos que se organiza em torno de uma função comunicativa, a qual é determinada pelo contexto de uso. Nesse sentido, a análise dos enunciados deve considerar a função pragmática dos Tópicos, ou seja, a função que os Tópicos desempenham no contexto de comunicação.

O presente trabalho tem como objetivo principal investigar a função pragmática dos Tópicos em narrativas de crianças de 4 a 6 anos, considerando a perspectiva da Teoria da Linguagem e da Teoria da Comunicação. A abordagem funcionalista pressupõe que a linguagem é um sistema de signos que se organiza em torno de uma função comunicativa, a qual é determinada pelo contexto de uso. Nesse sentido, a análise dos enunciados deve considerar a função pragmática dos Tópicos, ou seja, a função que os Tópicos desempenham no contexto de comunicação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem funcionalista mostrou-se adequada ao assunto estudado, já que toma como princípio de orientação o percurso de análise que segue do uso da língua, dos dados, para a teoria, sem o qual não se poderia chegar aos resultados discutidos. Além disso, é uma teoria que permite considerar a capacidade do falante para elaborar estruturas diversas em situações concretas de uso, levando-se em conta ainda os componentes sintáticos, semânticos e pragmáticos, o que permite ampliar a possibilidade de descrição dos fatos da língua.

Na Introdução deste trabalho, estabeleceu-se como objetivo o estudo da função pragmática Tópico Novo, definida por Dik como a função pragmática desempenhada pelo constituinte introduzido pela primeira vez no discurso. Esse constituinte intra-oracional, por se tratar de uma informação nova que o falante pretende disponibilizar para o ouvinte, normalmente manifesta-se por meio de termos indefinidos. Nossa primeira hipótese era a de que TNs, ainda que introduzam uma informação nova ao ouvinte e devam ser termos potencialmente indefinidos, por razões pragmáticas, podem aparecer como termo definido. Essa hipótese pôde ser comprovada, uma vez que uma quantidade significativa (49,6% do total) de ocorrências demonstrou o uso de TNs definidos, quase equilibrando com a quantidade de TNs indefinidos (50,4%) encontrada nas narrativas aqui investigadas.

Comprovou-se, assim, que por razões pragmáticas, ou seja, por supor que entidades sejam do conhecimento de mundo do ouvinte, o falante usa um termo definido para se referir a algo que, supostamente, esteja na mente do seu interlocutor, no momento da interação verbal.

O falante, ao pressupor que, pode identificar o referente para seu interlocutor, fá-lo por meio de termos definidos, pois acredita que tal referente esteja disponível a ele, por se tratar de uma informação de longo prazo (pertencer a seu conhecimento de mundo), de curto prazo (motivada por alguma referência ao discurso

anterior) ou mesmo pelo que o falante acredita que o ouvinte possa inferir de qualquer uma dessas disponibilidades.

Os fatores selecionados para descrição e análise do TN definido mostram-se relevantes para se determinarem as propriedades desse constituinte, suas estratégias de introdução e permanência no discurso, como Tópico Dado, Tópico Retomado, Subtópico, contribuindo para o encadeamento dos fatos narrativos.

Confirmando a teoria de Dik (1989), observa-se que o constituinte TN aparece mais frequentemente em posição final da oração. No entanto, os dados demonstram que o TN definido ocorre também em posição pré-verbal, especialmente como primeiro argumento de verbos não-existenciais e não-apresentacionais. Essa anteposição se justifica pelo Princípio de Ordenação de constituintes, ou seja, o Princípio da Relevância Pragmática. Segundo tal princípio, constituintes com funcionalidade pragmática, como o TN, são colocados em posições especiais, incluindo a posição inicial.

Quanto à função sintática do TN, pôde-se constatar que, além das citadas por Dik (1989), outra função - a de satélite - pôde ser observada introduzindo uma informação nova e permanecendo por algum tempo na seqüência narrativa.

O nível de escolaridade dos falantes parece influir no uso de TNs (in)definidos, já que falantes de nível superior de escolaridade usam mais TNs indefinidos do que os falantes de nível primário. Isso pode ser explicado pelo maior grau de familiaridade suposta que parece ocorrer no discurso de falantes de nível primário. Supõe-se que pessoas menos cultas tendem a apoiar-se na informação pragmática que julgam estar disponível ao seu interlocutor.

Com este estudo, espera-se ter contribuído para uma abordagem do uso do Tópico Novo definido no português falado no Brasil, apresentando uma descrição mais detalhada desse constituinte e definindo suas propriedades mais inerentes.



REFERÊNCIAS

AUWERA, J. van der. Linguistic pragmatic and its relevance to the writing of grammars. In: G. GRAUSTEIN; G. LEITNER (Eds.). *Reference grammars and modern linguistic theory*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1989. p.11-32.

BRAGA, M. L. Tópico e ordem vocabular. *Abralin*, v.6, p. 174-88, 1984.

_____. Ordem de palavras, status informacional e caráter definido do SN. *Estudos Lingüísticos- Anais do Gel*. Santos, v. 15, p. 7-18, 1987.

CHACON, L. *Ritmo da escrita: uma organização do heterogêneo da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

CHAFE, W. Givenness, contrastiveness, definiteness, subject, topics and pont of view. In: LI, C. (Ed). *Subject and topic*. New York: Academic Press, 1976.

_____. Informações novas e velhas. In: _____. *Significado e estrutura lingüística*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e científicos, 1979.

DIK, S. C. *Studies in Functional Grammar*. New York: Academic Press, 1980.

_____. *Funcional Grammar*. Dordrecht: Foris, 1981.

_____. *The Theory of Functional Grammar*. Dordrecht: Foris, 1989.

_____. *The Theory of Functional Grammar*. New York: Moutoun Gruyter, 1997.

GALMICHE, M. À propôs de la définitude. *Languages*, v. 94, p.7-37, 1989.

GRICE, H. P. Lógica e conversação. In: DASCAL, M. (Org.). *Fundamentos metodológicos da lingüística*. Campinas, 1982. v. 4-Pragmática.



HANNAY, M. Pragmatic function assignment and word order in a functional grammar of English. *Journal of pragmatics*. North-Holland: Elsevier Science Publisher, 1991, n.16.

KOCH, I. G. V. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 1992. (Coleção repensando a língua portuguesa).

NEVES, M. H. de M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. *A gramática de usos do português*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

PEZATTI, E. G. *A ordem de palavras em português: aspectos tipológicos e funcionais*. Araraquara, 1992. 226f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa). Faculdade de Ciências e Letras, UNESP - Araraquara.

_____. *Constituintes pragmáticos em posição inicial: distinção entre tema, tópico e foco*. [s.l.]: [s.n.], 1998. (apostila xerocada)

PRINCE, H. F. Toward a taxonomy of given-new information. In: COLE, P. (Ed.). *Radical pragmatics*. New York: Academic Press, 1981.

SIERWIERSKA, A. *Functional grammar*-London: Routledge, 1991.

WRIGHT, S.; GIVÓN, T. The pragmatics of indefinite reference: quantified text-based studies. *Studies in Language*. v.11, n.1, p. 1-33, 1987.

TARALLO, F. O fato sociolinguístico. *A Pesquisa Sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1985.



